

Sumário

2 - APRESENTAÇÃO	4
2.1 APRESENTAÇÃO	4
3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	5
INTRODUÇÃO SEÇÃO	5
3.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	5
3.2 NORMAS	6
3.3 HISTÓRICO	7
3.4 ORGANOGRAMA	8
4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	9
INTRODUÇÃO SEÇÃO	9
4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	9
4.1.1 OBJETIVOS DO EXERCÍCIO	10
4.1.2 COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS	13
4.2 RESULTADOS	14
4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	36
4.3.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA	37
4.3.2 TRANSFERÊNCIAS	40
4.3.3 RECEITAS	41
4.3.4 DESPESAS	44
4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL	47
4.5 INDICADORES	48
5 - GOVERNANÇA	57
5.1 GOVERNANÇA	57
5.2 DIRIGENTES	58
5.3 AUDITORIA	63
5.4 APURAÇÕES	64
5.5 GESTÃO RISCOS	65
5.6 REMUNERAÇÕES	66
5.7 AUDITORIA INDEPENDENTE	68
6 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	69
6.1 GESTÃO DE PESSOAS	69
6.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL	70
6.1.2 DESPESA C/ PESSOAL	72

6.1.3 GESTÃO DE RISCOS	74
6.1.4 MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA	75
6.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	76
6.2.1 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	77
7 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	78
INTRODUÇÃO SEÇÃO	78
7.1 CANAIS DE ACESSO	78
7.2 PESQUISA SATISFAÇÃO	79
7.3 TRANSPARÊNCIA	80
7.4 ACESSIBILIDADE	82
8 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	83
8.1 Desempenho Financeiro	83
8.2 NCASP	84
8.3 APURAÇÃO CUSTOS	85
8.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	86
9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	112
9.1 Determinações do TCU	112
9.2 RECOMENDAÇÕES DE CONTROLE INTERNO	113
9.3 DANOS AO ERÁRIO	114
10 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	115
10.1 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	115
11 - ANEXOS E APÊNDICES	116
11.1 ANEXOS E APÊNDICES	116
ASSINATURA(S)	117
12 - OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO	118
12.1 OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO	118

2 - APRESENTAÇÃO

2.1 APRESENTAÇÃO

Esta relatório de gestão apresenta as ações, atividades e posicionamentos éticos-políticos adotados no âmbito do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 12ª Região. Tratando-se de uma entidade de personalidade jurídica de direito público, com jurisdição no Estado de Santa Catarina, tem por finalidade disciplinar, orientar, fiscalizar e defender o exercício profissional da profissão de assistente social em sua jurisdição.

O relatório ora apresentado tem por finalidade qualificar e quantificar as ações realizadas no ano de 2016, tendo como referência as indicações da “Oficina de Planejamento Participativo” construído na Gestão 2014/2017, bem como as deliberações do 45º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS. No sentido de garantir a transparência e o acesso à informação o relatório em tela apresenta também o balanço financeiro deste ano.

O relatório é composto pelas ações políticas da Diretoria e das Comissões Precípua e Temáticas, quais sejam:

Diretoria

Comissão Administrativo-Financeira

Comissão de Inscrição

Comissão de Inadimplência

Comissão Permanente de Ética

Comissão de Orientação e Fiscalização

Comissão de Comunicação

Comissão de Políticas Sociais

Comissão de Articulação e Formação

Comissão Ampliada de Ética e Direitos Humanos

Além das ações das Comissões acima referidas, este relatório apresenta as ações do Conselho Fiscal e o Balanço Financeiro 2016.

Assim, este relatório registra o compromisso estabelecido com a categoria dos/das Assistentes Sociais, em assegurar o pleno exercício profissional, observando os princípios da ética, da liberdade, da democracia, da justiça social e da autonomia, com vistas a garantir o compromisso com a classe trabalhadora.

3 - VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

INTRODUÇÃO SEÇÃO

DENOMINAÇÃO COMPLETA	Conselho Regional de Serviço Social		
DENOMINAÇÃO ABREVIADA	CRESS/SC	CNPJ	76.557.099/0001-99
NATUREZA JURÍDICA	Direito Público	CONTATO	(48)3224-6135
CÓDIGO CNAE	84.11-6-00		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	cress@cress-sc.org.br		
PÁGINA INTERNET	www.cress-sc.org.br		
ENDEREÇO POSTAL	Rua dos Ilhéus, 38		
CIDADE	Florianópolis	UF	SC
BAIRRO	Centro	CEP	88010560
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	Edifício: APLUB, 10º Andar Salas: 1004/1005/1006		

3.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

Finalidade e competências institucionais da entidade jurisdicionada

Tem por finalidade disciplinar, orientar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de assistente social no Estado de Santa Catarina.

Informações adicionais

3.2 NORMAS

Normas de criação e alteração das unidades jurisdicionadas

Lei nº 8.662/93 - Dispõe sobre a regulamentação da profissão e dá outras providências.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das unidades jurisdicionadas

Estatuto do Conjunto CFESS/CRESS

Regimento Interno CRESS/SC

Código de Ética - Resoluções 290/94; 293/94; 333/96; 594/11.

Política Nacional de Fiscalização.

Manuais e publicações relacionadas às atividades das unidades jurisdicionadas

Resolução CFESS 594/11: Altera o Código de Ética; Resolução CFESS 590/10: Regulamenta o procedimento de aplicação de multas pelos CRESS; Resolução CFESS 588/10: Revoga o inciso do artigo 28 da Consolidação das Resoluções do CFESS nº 582/10; Resolução CFESS 582/10: Regulamenta a Consolidação das Resoluções do Conjunto CFESS/CRESS; Resolução CFESS 572/10:

Dispõe sobre a obrigatoriedade de registro nos Conselhos Regionais de Serviço Social, dos assistentes

sociais que exerçam funções ou atividades de atribuição do assistente social, mesmo que contratados sob a nomenclatura de Cargos genéricos; Resolução CFESS 569//10: Dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social; Resolução CFESS 568/10: Regulamenta o procedimento de aplicação de multas; Resolução CFESS 559/09: Dispõe sobre a atuação do assistente social, inclusive na qualidade de perito ou assistente técnico,

quando convocado como testemunha; Resolução CFESS 557/09: Dispõe sobre a emissão de pareceres,

laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais; Resolução 556/09:

Procedimentos para efeito da Lacração do Material Técnico e Material Técnico-sigiloso; Resolução

CFESS 533/08: Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social; Resolução CFESS

512/07: Reformula as normas gerais para o exercício da fiscalização profissional e atualiza a política

nacional de fiscalização; Resolução CFESS 493/06: Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do

exercício profissional; Resolução CFESS 489/06: Estabelece normas vedando condutas

discriminatórias ou preconceituosas; Resolução CFESS 467/05: Altera o parágrafo 1º e inclui o

parágrafo 2º no artigo 1º da Resolução CFESS 418/01 (Tabela de honorários); Resolução CFESS

443/03: Institui procedimentos para a realização de desagravo público; Resolução CFESS 427/02:

Dispensa de pagamento da anuidade o assistente social que completar 60 anos de idade; Resolução

CFESS 383/99: caracteriza o assistente social como profissional da saúde.

Informações adicionais

Não se aplica à entidade

3.3 HISTÓRICO

O Conselho Regional de Serviço Social de Santa Catarina originariamente foi constituído como seccional do Conselho Regional de Serviço Social do Rio Grande do Sul, sendo criado em Santa Catarina, no ano de 1982. Suas primeiras ações pautaram-se na organização administrativo financeira, igualmente iniciaram os trabalhos através das ações precipuas do CRESS, sendo elas: Orientação e Fiscalização, Inscrição e Inadimplência e Comissão Permanente de Ética. Após a sua estruturação, além de suas atividades precipuas o Conselho passou a implementar ações políticas em face das demandas da categoria profissional, bem como pelas ações e deliberações do conjunto Conselho Federal e Regionais de Serviço Social. A primeira Diretoria, foi constituída em 1982, por homologação do CFESS e a partir do mesmo ano, institui-se as eleições diretas, na qual hoje já transcorrem 12 (doze) gestões.

3.4 ORGANOGRAMA



4 - PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

INTRODUÇÃO SEÇÃO

O Planejamento Estratégico do CRESS 12ª Região, tem por finalidade otimizar e organizar os recursos humanos, financeiros e materiais, assegurando qualidade na prestação de serviços à categoria e a sociedade.

4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

Metas CRESS 12ª Região

1. Fortalecer o compromisso do CRESS com a consolidação e ampliação da cidadania pela garantia de direitos civis, sociais e políticos, através da participação em atos públicos, movimentos sociais, em conselhos de direitos e de políticas públicas e em fóruns setoriais;
2. Valorizar e lutar pela ampliação do mercado de trabalho do Assistente Social, objetivando ações pela implementação de concursos públicos e elaboração de projetos de lei junto aos parlamentares estaduais que garantam espaço ao profissional de Serviço Social nas áreas da educação, sistema prisional, judiciário, entidades de assistência social, nas secretarias regionais, empresas, associações de municípios, entre outras;
3. Solidificar e firmar parcerias com Universidades, CFESS, Núcleos e/ou Associações Profissionais para realização de cursos de qualificação e formação profissional bem como para dar continuidade ao Projeto Ética em Movimento;
4. Estabelecer relações de proximidade e parceria com Núcleos e/ou Associações Profissionais da categoria;
5. Participar da Associação dos Conselhos Profissionais de Santa Catarina na luta pela profissionalização do serviço público, pela garantia da qualidade dos serviços prestados à população e demais frentes de interesse das profissões regulamentadas;
6. Buscar o aperfeiçoamento contínuo dos mecanismos de comunicação do CRESS, como boletim informativo, boletim digital, homepage, correspondências, diretório eletrônico de grupos, entre outros, como forma de garantir transparência nas informações e reciprocidade nas relações com a categoria;
7. Priorizar as visitas de orientação e fiscalização do exercício profissional nas diferentes regiões do estado de Santa Catarina, dando ênfase a atividades que dêem visibilidade à profissão, ao esclarecimento da Lei 8662/93 e a abertura de campos de trabalho;
8. Objetivar estratégias e propiciar espaços para construir uma maior visibilidade a profissão de Assistente Social junto a usuários, empregadores, comunidades e a sociedade em geral.

4.1.1 OBJETIVOS DO EXERCÍCIO

Visão Geral

Apresentação da técnica de planejamento estratégico adotada

O processo de planejamento foi construído de forma interativa e participativa, buscando fortalecer o diálogo aberto e proativo, levando os participantes à reflexão e a uma atitude ativa nos diferentes momentos do evento.

A oficina foi orientada pelos princípios do enfoque participativo / construção conjunta, com ênfase no intercâmbio de experiências e conhecimentos, tendo como ferramenta metodológica a visualização, a problematização, o trabalho em pequenos grupos e os debates em plenária, sinalizando para a construção coletiva de ações estratégicas para o CRESS 12ª Região para 2015 / 2017

Visão

não se aplica

Missão

Disciplinar, orientar, fiscalizar e defender o exercício legal da profissão de Assistente Social em seu âmbito de jurisdição de acordo com os princípios éticos, políticos e normas gerais estabelecidos pelo Encontro Nacional CFESS/CRESS, e nos termos que dispõe as Leis 8.662/93 e 9.649/98.

Valores

1. Fortalecer o compromisso do CRESS com a consolidação e ampliação da cidadania pela garantia de direitos civis, sociais e políticos, através da participação em atos públicos, movimentos sociais, em conselhos de direitos e de políticas públicas e em fóruns setoriais;
2. Valorizar e lutar pela ampliação do mercado de trabalho do Assistente Social, objetivando ações pela implementação de concursos públicos e elaboração de projetos de lei junto aos parlamentares estaduais que garantam espaço ao profissional de Serviço Social nas áreas da educação, sistema prisional, judiciário, entidades de assistência social, nas secretarias regionais, empresas, associações de municípios, entre outras;
3. Solidificar e firmar parcerias com Universidades, CFESS, Núcleos e/ou Associações Profissionais para realização de cursos de qualificação e formação profissional bem como para dar continuidade ao Projeto Ética em Movimento;
4. Estabelecer relações de proximidade e parceria com Núcleos e/ou Associações Profissionais da categoria;
5. Participar da Associação dos Conselhos Profissionais de Santa Catarina na luta pela profissionalização do serviço público, pela garantia da qualidade dos serviços prestados à população e demais frentes de interesse das profissões regulamentadas;
6. Buscar o aperfeiçoamento contínuo dos mecanismos de comunicação do CRESS, como boletim informativo, boletim digital, homepage, correspondências, diretório eletrônico de grupos, entre outros, como forma de garantir transparência nas informações e reciprocidade nas relações com a categoria;
7. Priorizar as visitas de orientação e fiscalização do exercício profissional nas diferentes regiões

do estado de Santa Catarina, dando ênfase a atividades que dêem visibilidade à profissão, ao esclarecimento da Lei 8662/93 e a abertura de campos de trabalho;

8. Objetivar estratégias e propiciar espaços para construir uma maior visibilidade a profissão de Assistente Social junto a usuários, empregadores, comunidades e a sociedade em geral.

Diagnóstico Estratégico

Análise de ambiente interno

- Rotina de reuniões bem executadas;
- Regulamentação dos NUCRESS;
- Organização fiscal;
- Aprofundamento da instrumentalidade da COFI;
- Questão orçamentária – organização, planejamento e a redução da inadimplência;
- Estrutura organizativa bem definida e a criação e reativação de algumas comissões - gestão do trabalho e inadimplência;
- Celeridade dos processos éticos, registro e transferência;
- Assessoria para a comunicação;
- Parceria com outros conselhos;
- Modelo de gestão do CRESS e uma melhor visão do conjunto;
- Implantação do Plano de Cargos e Salários;
- Mais presente nas regiões do estado e a aproximação com a academia;
- Contratação de novos profissionais e a capacitação dos trabalhadores do CRESS;
- Melhoria das condições de trabalho – ética;
- Realização de concurso público;
- Apoio às comissões COFI e Ética;
- Ampliação / regulamentação dos contratos 30hs;
- Manutenção dos encontros regionais;
- Apoio / parceria ABEPSS para estágio supervisionado;
- Debate sobre algumas normativas no CFESS-CRESS e as rodas de conversas com a categoria.

Análise de ambiente externo

- Articulação frágil entre CRESS e CFESS;
- Precarização da formação do trabalhador profissional;
- Desmonte das políticas públicas;
- Conservadorismo;
- Visão distorcida dos profissionais em relação ao CRESS;
- Sociabilidade capitalista vigente;
- Limitação para contratações;
- Abertura do sindicato;
- Limitação ao acesso à mídia;
- Informações distorcidas repassadas pela mídia;

Fatores críticos para o sucesso do planejamento estratégico

Não se aplica

Elaboração da Estratégia

Identificação da estratégia atual

O CRESS 12ª Região tem seguido o Planejamento Estratégico na implementação de suas ações, priorizando a participação, o processo coletivo e o respeito aos processos administrativos.

Identificação da estratégia futura

Não se aplica

Objetivos e Metas

- Macro Objetivo:

Objetivos estratégicos

Disciplinar, orientar, fiscalizar e defender o exercício legal da profissão de Assistente Social em seu âmbito de jurisdição de acordo com os princípios éticos, políticos e normas gerais estabelecidos pelo Encontro Nacional CFESS/CRESS, e nos termos que dispõe as Leis 8.662/93 e 9.649/98.

4.1.2 COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

Introdução

Apresentamos a seguir, a missão, as competências legais e a análise crítica que fundamenta ação deste Conselho.

Missão/Finalidade institucional

Disciplinar, orientar, fiscalizar e defender o exercício legal da profissão de Assistente Social em seu âmbito de jurisdição de acordo com os princípios éticos, políticos e normas gerais estabelecidos pelo Encontro Nacional CFESS/CRESS, e nos termos que dispõe as Leis 8.662/93 e 9.649/98

Competências Legais

Orientação, Fiscalização e Habilitação dos bacharéis de Serviço Social para o exercício profissional de Assistente Social e, instrução e julgamento dos Processos Éticos Disciplinares.

Análise crítica

O CRESS 12ª Região tem propiciado a defesa da profissão em todo o Estado de Santa Catarina, seja por meio da atuação das comissões nas ações de orientação e fiscalização, ou por meio da comissão de inscrição, assegurando a habilitação profissional, e no que concerne ao controle fiscal e financeiro, a comissão de inadimplência tem assegurado ações incisivas junto a categoria profissional.

Outro aspecto relevante, tem sido as ações das comissões temáticas, as quais tem promovido campanhas, reflexões e ações políticas, fortalecendo a profissão no Estado de Santa Catarina.

4.2 RESULTADOS

Diretoria:

Ações Realizadas:

Revisar o PCCS do CRESS

Conforme planejado contratou-se a empresa Neolabor para revisão do PCCS, a qual juntamente com a Comissão de Revisão do Plano, composta por conselheiros/as e trabalhadores/as, desenvolveu reuniões e redigiu relatório "Diagnóstico Inicial - PCCS".

Qualificar os Processos Internos

Frente à necessidade de qualificar as condições estruturais para o desenvolvimento dos trabalhos técnicos e políticos do CRESS, elaborou-se um calendário anual geral do CRESS, onde constam todas as reuniões de Conselho Pleno, Diretoria, Comissões, bem como cursos seminários voltados às atividades desta autarquia. Semanalmente a coordenação técnica do Conselho encaminha a agenda atualizada a todo o conjunto de conselheiros/as, trabalhadores/as e assessores/as, tendo por objetivo a organização das agendas individuais e coletivas;

No sentido de monitorar as ações pendentes do CRESS, para além do protocolo de registro de entrada de documentos no CRESS, já instituído anteriormente, neste ano prosseguimos com o protocolo de documentos expedidos;

No que se refere a repensar o layout do CRESS 12ª Região a Diretoria propôs a aquisição de mais uma sala no Edifício Aplub, a qual foi aprovada em Assembleia da categoria em outubro de 2016.

Fortalecer a aproximação com a categoria

No sentido de fortalecer a aproximação com a categoria profissional, bem como qualificar a ação profissional, foram organizadas várias rodas de conversa com temas vinculados ao exercício profissional; rodas de conversas que serão descritas nas diversas comissões de trabalho do CRESS, podendo aqui destacar os temas: a) População em Situação de Rua e o Exercício Profissional com esta população; b) SUAS e Benefícios Eventuais e c) Democratização da Mídia.

Durante o ano foram realizados 08 (oito) encontros regionais, sobre o tema "*80 Anos de Serviço Social: uma profissão inscrita no Brasil*"; e nos mesmos encontros refletiu-se acerca da organização política da categoria, nas cidades de: Florianópolis, Mafra, Rio do Sul, Criciúma, Chapecó, Caçador, Joinville e Itajaí.

Cumprindo o planejamento o CRESS 12ª Região instituiu 03 novos NUCRESS em 2016, sendo eles: NUCRESS da região do Planalto Catarinense - Lages e do Médio Vale do Itajaí - Blumenau e também se consolidou o NUCRESS de Brusque

Aprimorar as reuniões do pleno

Consolidando o processo democrático e participativo, o conjunto CFESS/CRESS organiza sua dinâmica de trabalho através das comissões precípuas e temáticas, conforme já descrito anteriormente. Neste sentido, para que as reuniões do Conselho Pleno sejam asseguradas como espaço Deliberativo, este conselho criou uma metodologia de trabalho em que todas as demandas originadas e encaminhadas para o CRESS, sejam amplamente discutidas no âmbito das comissões e posteriormente seus encaminhamentos sejam deliberados na reunião do conselho pleno;

Para isso, reorganizou a pauta da reunião do Conselho Pleno, que prioriza as demandas das Comissões, assim como foi implementado o rodízio da coordenação da reunião entre os/as conselheiros/as que participam do Conselho Pleno.

Qualificar a articulação e alinhamento das comissões

No ano de 2016 as Comissão Administrativo/Financeiro e de Comunicação, juntamente com os/as trabalhadores/as do CRESS/SC prosseguiram com a elaboração do Portal da Transparência assegurado pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Também destaca-se que as Comissões de Inscrição e

Comunicação trabalharam em conjunto para a divulgação do processo de Recadastramento Profissional do conjunto CFESS/CRESS.

Nas reuniões do Conselho Pleno assegurou-se o momento das comissões, onde além das deliberações que são realizadas, os/as coordenadores/as das comissões fazem o repasse de todos os debates e ações que vem sendo efetuados pelas comissões;

Desenvolver campanhas para as políticas do CRESS

No que concerne as Campanhas, merece destaque a Campanha Nacional de Recadastramento dos/das Profissionais, onde o CRESS/SC disponibilizou material e informações acerca do processo de recadastramento através do Site e Fanpage, também enfatiza-se a Campanha Estadual em Defesa do Concurso Público para os/as Assistentes Sociais que abarcou igualmente a defesa das 30 horas/semanais de trabalho para os/as profissionais, onde ocorreu ampla distribuição de material ao Gestores dos municípios e para os/as Assistentes Sociais do Estado.

Aprimorar os processos de comunicação

Para otimizar a comunicação com a categoria várias ações foram realizadas, pelas diversas comissões de trabalho, destaca-se: boletins eletrônicos, rodas de conversa, jornal Via Social, atualização do site, manutenção da fanpage, seminários e palestras;

A comissão de Comunicação organizou um vídeo institucional profissional, no qual apresenta toda a organização administrativa e política do CRESS, o mesmo tem por finalidade divulgar as ações do CRESS/SC e o seu papel na sociedade.

Qualificar a representação do CRESS nos espaços de Controle Social

Neste ano o CRESS 12ª Região, formou um grupo de email, conforme havia planejado, e a partir deste grupo tem repassado informações e estratégias políticas de divulgação de temas de interesse da categoria e dos representantes nos espaços de controle social.

Incentivar a formação continuada

Divulgou-se o projeto CRESS na academia nas UFAS e neste ano contamos com a adesão da Universidade Federal de Santa Catarina;

Pensando em atividades de formação, o CRESS 12ª Região manteve a realização do Congresso Catarinense de Assistentes Sociais, sendo que o mesmo ocorreu em julho de 2016. Nessa mesma perspectiva o CRESS/SC realizou 03 (três) cursos “Ética em Movimento”.

Ações não Realizadas:

>Fortalecer o GT Gestão de Trabalho

Em função da necessidade de revisão do Plano de Cargos Carreira e Salários, a Diretoria definiu por retomar as reuniões após a conclusão da referida revisão;

Intensificar a aproximação com os movimentos sociais

Por questões de organização e demandas originadas a Gestão do CRESS, esta ação não foi realizada.

Incentivar a formação continuada

A Diretoria avaliou a ação da Escola do Legislativo, FECAM e ASCOP e definiu que no momento não se tratam de parceiros viáveis para o CRESS/SC por estarem em campos diferentes de ação deste conselho, assim como apresentam posicionamentos diversos do que sustenta o CRESS/SC.

Outras Ações Realizadas:

A Gestão, considerando todos os/as conselheiros/as, no sentido de qualificar as ações do CRESS participou dos Seminários e GTs Regionais e Nacional, vinculados ao conjunto CFESS/CRESS e outras entidades, conforme destacado a seguir:

Seminário das COFIs - 20 e 21/05/2016

Seminário Nacional das Regiões Fronteiriças - 06, 07 e 08/07/2016

Encontro Preparatório Santa Catarina - 25 e 26/07/2016

Encontro Descentralizado Região Sul – 05, 06 e 07/08/2016

V ComunicaSul – 04/08/2016

Oficina ABEPSS Itinerante - 29 e 30/09/2016

Seminário Nacional Sigilo Profissional - 11 e 12/10/2016

45º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS – 13 a 16/10/2016

Curso de Multiplicadores do Ética em Movimento/CFESS - 05 a 12/11/2016

Encontro Fóruns das COFIs - 24 e 25/11/2016

G. T. Trabalho e Formação/CFESS;

G. T. Transborde do Judiciário/CRESS/CRP etc.

G.T. COFI/Revisão dos Instrumentais da Fiscalização/CFESS

GT Benefícios Eventuais/CEAS

Registramos que aqui somente elencamos os eventos, informado que cada ação desta será qualificada nas ações realizadas pelas comissões precípuas e políticas do CRESS 12ª Região, constantes deste relatório.

A partir do planejamento da gestão, que visa fundamentalmente à organização administrativa do CRESS, incorporamos as ações planejadas por eixo temático, conforme comissões abaixo elencadas:

Comissão Administrativo-financeira;

Comissão de Inscrição;

Comissão de Inadimplência;

Comissão Permanente de Ética;

Comissão de Orientação e Fiscalização;

Comissão de Comunicação;

Comissão de Políticas Sociais;

Comissão de Articulação e Formação;

Comissão Ampliada de Ética e Direitos Humanos.

Comissão Administrativo-Financeira:

Ações realizadas 2016:

Organizar a estrutura funcional do CRESS

A fim de organizar o fluxo das ações financeiras, foi criada a Resolução CRESS nº 07/2015, que determina nos seus parágrafos 4º e 5º que, se a compra ou prestação de serviços do bem solicitado for até R\$4.000,00 (quatro mil reais), a Comissão Administrativo Financeira emitirá despacho autorizando o Setor Financeiro a proceder à contratação direta, por dispensa de licitação em razão do valor, conforme Art. 24, I e II da Lei 8.666/1993, observando a previsão orçamentária anual do enquadramento do objeto por dispensa de licitação para fins de prestação de contas;

Mas em caso de valor superior ao limite estipulado no parágrafo anterior e deferido o pedido de compra e/ou prestação de serviço, a Comissão Administrativo/Financeira emitirá despacho à Coordenação Técnica, para que esta solicite à Diretoria a determinação de abertura de procedimento administrativo perante a Comissão de Licitação;

Investir na Capacitação dos Funcionários, Conselheiros e Colaboradores

Conselheiros, colaboradores e funcionários técnicos e administrativos tiveram oportunidade de representar o CRESS e participar em vários eventos importantes, que contribuíram para novos conhecimentos e aprimoramento do trabalho;

Foram realizados alguns treinamentos via web, pela Implanta Informática contando com a participação de todos os funcionários administrativos e técnicos;

Manutenção de Convênio/Implanta – SISCAFW (Sistema de Cadastro de Profissionais), SISCONT (sistema Contábil), SISPAT, Gestão TCU e Processos. O Convênio com a empresa Implanta Informática para o ano de 2016 foi no valor de R\$ 2.899,81 (mensal). Para o ano de 2017, com as correções exigidas por lei, o valor mensal será de R\$ 3.102,48. Este convênio disponibiliza aos CRESS suporte técnico telefônico e via acesso remoto.

Condições de Trabalho do CRESS

Visando a melhoria nas condições de trabalho e melhor atendimento aos profissionais, houve investimento na aquisição de 02 computadores Desktop tipo padrão; 02 aparelhos de telefone sem fio (setor COFI e Coordenação técnica) e 01 aparelho comum (com fio) setor administrativo.

Consulta em Assembléia Geral da categoria, realizada em 27/10/16: sobre a possibilidade de compra de uma nova sala no mesmo prédio para acomodar melhor os trabalhadores, organizando com mais efetividade os processos de trabalho. Após aprovação foram dados os encaminhamentos necessários, sendo a previsão de aquisição no ano de 2017.

Compra de materiais de expediente e limpeza de acordo com a necessidade de utilização.

Foram realizadas 2 reuniões do GT Trabalho durante o ano de 2016.

Outras ações realizadas:

Implementação do Portal de Transparência no site do CRESS/12^a Região, garantindo princípios de transparência, efetividade e visibilidade das atividades do Conselho a toda categoria e trabalhadores, mantendo compromisso ético e político em suas ações. Foram normatizados procedimentos e fluxos de trabalho com Alimentação de dados dos últimos 4 anos conforme Resolução CRESS 12^a Região nº 034/16 de 16/09/16;

Revisão de Plano de Cargos, Carreiras e Salários -PCCS do CRESS 12^a Região, com criação de Comissão Revisora composta por representantes de trabalhadores e Conselheiros e assessoramento de Empresa especializada contratada através de processo licitatório de acordo com Portaria CRESS 12^a Região nº 017/2016 de 17/06/16. Foram realizadas 15 reuniões no ano de 2016. Conclusão da revisão prevista para março de 2017;

Disponibilização de boletos on-line, facilitando o contato com o CRESS, evitando deslocamentos a sede e demoras/extravios no envio;

Participação em discussão e deliberações sobre a descentralização política e administrativa das ações do NUCRESS que resultou em documento com diretrizes;

A Comissão Administrativo-Financeira realizou 17 reuniões no ano de 2016, com o objetivo de analisar os procedimentos e ações do CRESS, deliberadas para execução somente após aprovação da diretoria e/ou Conselho Pleno, sendo composta pelos seguintes membros: Rosana Maria Prazeres –

AS nº 2840 – CRESS 12ª Região - Presidente; Rosinete Delfino Laurindo – AS nº 1839 – CRESS 12ª Região- Vice-Presidente; Zenici Dreher Herbst - AS nº 3114 - CRESS 12ª Região - 1ª Secretária; Kátia Carvalho Figueiredo - AS nº 1023 - CRESS 12ª Região – 1ª Tesoureira– CRESS 12ª Região; - 2ª Tesoureira Marta de Lourdes de Almeida Nunes, CRESS 5011 (solicitou desligamento da Gestão em 27 de outubro de 2016 ; Cória Helena Vieira - AS nº 5268 - 2ª Tesoureira em Exercício; Tânia Regina Dingee Goulart – Trabalhadora – Membro e Juliana Zilda Souza – Assessora Contábil - Membro.

Orçamento 2016: R\$ 1.929.174,75

Total Receita Arrecadada: R\$ 2.008.042,76

Total Despesa Realizada: R\$ 1.675.461,74

Ações não realizadas- 2016:

Não foi efetuada a compra do ar condicionado quente e frio, e uma mesa redonda de escritório, e a reforma do auditório pois o layout dos mesmos não foi concluído, devido o estudo da compra de uma nova sala para o CRESS.

Conselho Fiscal:

O Conselho Fiscal tem como principal função, apreciar as contas do seu respectivo CRESS, verificando a regularidade dos documentos contábeis e financeiros.

A ação do Conselho Fiscal está vinculada a Comissão Administrativo-Financeira, como também a tesouraria. Conta com o suporte da assessoria contábil, a qual é contratada através de licitação.

Ações realizadas:

Realizar reuniões ordinárias para análise dos balancetes mensais, reformulações orçamentárias, proposta orçamentária e relatório de atividades

Realização de (11) onze reuniões ordinárias do Conselho Fiscal;

Análise dos balancetes mensais, através de exame minucioso dos documentos contábeis;

Análise da proposta orçamentária;

Analisar os documentos contábeis do CRESS;

Análise das reformulações orçamentárias;

Elaboração de Ata e Parecer, os quais são enviados mensalmente ao CFESS, referente ao que foi analisado;

As considerações que foram realizadas pelo Conselho Fiscal foram sempre acatadas pelo Conselho Pleno, sendo que o CRESS vem efetuando suas ações, fundamentado em seu orçamento, procurando manter a sua estabilidade financeira.

Comissão de Inscrição:

As ações que são desenvolvidas pela Comissão de Inscrição, são transversais a todas as comissões de trabalho do CRESS, em especial das comissões precípuas, entre elas: a Comissão Permanente de Ética, Comissão de Orientação e Fiscalização e Inadimplência. Assim sendo, a comissão reuni-se ordinariamente uma (1) vez ao mês e, extraordinariamente quando necessário, tendo por objetivo assegurar todo o fluxo de trabalho, conforme as demandas abaixo apresentadas. A Comissão é composta da seguinte maneira: Conselheira Coordenadora Jacquelline Benedet Martins, CRESS 1380, Conselheira Natalli Pazini Silva, CRESS 4449, Coordenadora Técnica Maria Dolores Thiesen, CRESS 1811, Colaboradora Maria da Graça Bitencourt, CRESS 1102 e pela Agente Administrativa Lúcia Bruneto.

Dentre as ações administrativas de rotina para emissão de todos os documentos necessários à habilitação para o exercício profissional, no ano de 2016 foram alteradas frente a emissão do novo Documento de Identidade Profissional-DIP, que a partir de dezembro de 2016, passou de cédula para cartão magnético.

Ações realizadas:

Garantir o fluxo dos processos de inscrição, cancelamento, transferência dos registros profissionais

Inscrições principais	195
Cancelamentos de inscrições	233
Transferência de Inscrição Principal - Homologadas	19
Transferência de Inscrição Principal - Deferidas	28
Reinscrição	28
Apostilamento de Nome	12
Interrupção de Registro Profissional	04
Registro de Pessoa Jurídica	01
Cancelamento Pessoa Jurídica	01
Inscrição Secundária	01
Total de Processos Movimentados	522

Neste ano, o CRESS 12ª Região desenvolveu o Projeto "CRESS na Academia" em duas edições com a Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, no dia 30 de junho e no dia 29 de novembro. Este projeto no decorrer dos anos, vem se consolidando num importante espaço de formação para os/as futuros/as profissionais de Serviço Social, bem como num importante espaço de articulação com as Unidades de Formação Acadêmicas - UFA's e docentes. Os principais temas abordados com os/as estudantes estão relacionados a estrutura e objetivos do CRESS, questões relacionadas aos processos de registro profissional dos/as bacharéis, reflexões a partir do código de Ética do/a Assistente Social e, temas vinculados as competências e atribuições privativas dos/as futuros profissionais no exercício da profissão. No ano, recebemos em média 90 estudantes, o que demonstra importante adesão das UFA's e dos/as estudantes, neste espaço de construção coletiva da profissão. Ressalta-se que este projeto é desenvolvido pela comissão de inscrição do CRESS e, articula-se com a Comissão de Permanente de Ética e Comissão de Orientação e Fiscalização.

Ainda, esta comissão assume a responsabilidade através do trabalho do corpo administrativo, do desenvolvimento dos trabalhos técnico administrativo para o envio de ofícios, atestado de regularidade funcional, carteiras, cédulas profissionais e carnes das anuidades exercício 2017.

Comissão de Inadimplência:

Com o objetivo de assegurar o recebimento das anuidades dos anos anteriores, a comissão de

inadimplência vem se reunindo mensalmente para analisar os processos e emitir pareceres acerca dos encaminhamentos devidos. A comissão contou com o trabalho da seguinte equipe: Conselheira Coordenadora Jacquelline Benedet Martins, CRESS 1380, Coordenadora Técnica Maria Dolores Thiesen, CRESS 1811, pela Agente Administrativa Lúcia Bruneto, Assistente Administrativo Rafael do Nascimento Pereira, Assistente Administrativa Ana Cristina Schurhaus Mello Técnico de Informática Daniel Colombo e Assessora Jurídica. Em outubro de 2016 assumiu a coordenação da comissão a Conselheira Ana Silvia Simon, CRESS 4017. Frente às questões analisadas, foram executados os seguintes encaminhamentos:

Ações realizadas:

Assegurar o recebimento dos tributos dos anos anteriores

Em 2016 foram encaminhadas cartas aos profissionais lembrando do pagamento da anuidade do exercício, bem como Notificação de lançamento em Dívida Ativa do ano de 2015 e anos anteriores;

Renegociações das dívidas através do Termo de Confissão de Dívida;

Execução fiscal dos/as profissionais que não aderiram à possibilidade de renegociação da dívida e que já completaram débitos referente a quatro anuidades.

Comissão Permanente de Ética:

As denúncias Éticas encaminhadas ao CRESS, são recebidas, tendo por fundamento a Resolução CFESS 660/2013, que normatiza os Instrumentos Processuais no Conjunto CFESS/CRESS, bem como os pedidos de Desagravo Público, conforme preconiza o Código de Ética do/a Assistente Social – Resolução CFESS 273/1993, Art. 2º letra “e”. Mediante recebimento das denúncias a Conselheira Presidente remete as mesmas para a Comissão Permanente de Ética, que têm por objetivo receber a denúncia e proceder todos os atos normativos que esta requer. A Comissão encaminha toda fase pré-processual, que contou com a Coordenação da Conselheira Danielle Cardoso M. Sobreira, CRESS 3326, Conselheira Kátia Carvalho Figueiredo, CRESS 1023, Assistente Social de Base Magali Régis Franz, CRESS 1168 e com as Coordenadoras Técnicas Maria Dolores Thiesen, CRESS 1811 e Fabiana Luiza Negri, CRESS 2076. No segundo semestre de 2016 assumiu a coordenação da Comissão a Conselheira Cória Helena Vieira, CRESS 5268. Cabe registrar que sendo esta a fase pré-processual, o princípio constitucional da Ampla Defesa e do Contraditório, passa a ser assegurado. A denúncia poderá ser arquivada, de forma fundamentada, sempre que a Comissão Permanente de Ética entender pertinente, bem como poderá proceder a denúncia e encaminhar ao conselho pleno para os encaminhamentos posteriores. No caso do procedimento da denúncia, o Conselho Pleno deverá designar uma Comissão de Instrução Ética formada por 2 (dois/as) Assistentes Sociais, Ativos/as Inscritos/as no CRESS, sempre por profissionais de Base, ou seja, que não fazem parte do quadro da Gestão do CRESS, para dar sequência a instrução do processo, até o encaminhamento para o Julgamento Ético em primeira instância, realizado em Conselho Pleno específico para o ato. Frente os processos em tramite, contamos com o trabalho de 7 Comissões de Instrução Ética, sendo formadas pelos profissionais de base, conforme segue: Ana Carolina do Espírito Santo, CRESS 5957 e Leandra Karsten, CRESS 4243; Elaine Muller, CRESS 4830 e Sabrina F. Nobre, CRESS 4037; Dineusa Aparecida Souza, CRESS 1041 e Maqueline de Almeida Flores, CRESS 4096; Alexsandra Martins, CRESS 2366 e Leandra Karsten, CRESS 4243; Débora Costa do Amaral, CRESS 3121; Sandra Márcia de A. e Silva, CRESS 3610; Evelyn Fontoura dos Santos, CRESS 3258e Simone Fátima Froza, CRESS 4006.; Ederson de Oliveira Lara, CRESS 5078 e Rosana Cristina Gonçalves, CRESS 3608, sendo que estes solicitaram afastamento em junho de 2016.

Ações realizadas:

Garantir o fluxo de denúncias e dos Processos Disciplinares Éticos em 2016

Denúncias Recebidas	06
Desaforamento Recebidos	01

Desaforamento Encaminhados	00
Análise de Denúncias em Andamento	05
Pareceres Indicando Arquivamento da Denúncia	02
Pareceres Indicando Instauração de Processo	05
Deliberação do Conselho Pleno Indicando Arquivamento da Denúncia	01
Deliberação do Conselho Pleno Instauração do Processo D. Ético	05
Processos Disciplinares Ético em Andamento	13
Número de Comissões de Instrução Ético	07
Processos Julgados	05
Desagravo Público	02
Recursos Éticos Encaminhados ao CFESS	01
Processos Disciplinares Ético em andamento	01

Ampliar o número de atividades e capacitações do Curso Ética em Movimento

O CFESS vem editando há 15 anos o desenvolvimento do projeto "Ética em Movimento". A cada ano convoca todos os Conselhos Regionais, que designam um/a agente multiplicador/a para participar da capacitação oferecida por eles, objetivando posteriormente retornar à seu Estado de origem e, multiplicar a mesma capacitação. O curso tem sua centralidade no debate teórico, consignado no projeto ético político profissional, propicia reflexões acerca dos fundamentos, valores e princípios que instituem o exercício profissional, através dos temas: ética e sociedade, ética e práxis profissional, ética e direitos humanos e, ética e instrumentos processuais. A cada ano este regional, multiplica o curso no Estado e, neste ano ministrou 3 cursos com a carga horária de 32 horas e, contou com a participação das Agentes Multiplicadoras Danielli Cardoso M. Sobreira, CRESS 3326, Fabiana Luiza Negri, CRESS 207, Magali Régis Franz, CRESS 1168 e Maria Dolores Thiesen, CRESS 1811.

Assim sendo, no ano de 2016 foram realizados 3 curso “Ética em Movimento”, conforme cidade e suas respectivas regiões, abaixo elencadas:

Blumenau e Região nos 31 de março e 1º de abril e dias 07 e 08 de abril;

Lages e Região nos dias 25 e 26 de agosto 01 e 02 de setembro;

Canoinhas e Região nos dias 04 e 05 e 18 e 19 de novembro.

Assegurada a participação na Capacitação da Conselheira da Samantha Roloff, CRESS 4953, na XV edição do curso de multiplicação “Ética em Movimento”, organizada pelo CFESS, ocorrido de 05 a 12 de novembro, na cidade de São Paulo.

Cabe ainda destacar que, neste ano foram realizados dois desagravos públicos na perspectiva da defesa dos direitos e prerrogativas profissionais do/a Assistente Social, protegendo a dignidade profissional, bem como sua autonomia no exercício de suas atividades.

Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI)

A Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI), enquanto uma das Comissões precípuas do CRESS, possui como principal finalidade orientar e fiscalizar o exercício profissional do Serviço Social, tendo em vista a qualidade dos serviços prestados aos/às usuários/as, na perspectiva construída a partir do Projeto Ético-político da profissão. Neste sentido, em consonância à Política Nacional de Fiscalização (PNF) do Conjunto CFESS/CRESS, busca articular as dimensões político-pedagógica, normativo-disciplinadora e afirmativa de princípios e compromissos conquistados.

Composta por duas Conselheiras, três Agentes Fiscais, uma Coordenadora Técnica e duas Colaboradoras de Base, a COFI reúne-se quinzenalmente, tendo como objetivo deliberar pelos encaminhamentos/procedimentos que serão realizados diante das demandas ingressantes no Setor de

Orientação e Fiscalização.

As ações abaixo explicitadas integraram o planejamento da COFI pertinente ao ano de 2016. As mesmas, tendo como base deliberações construídas e monitoradas coletivamente em Encontros Nacionais do Conjunto CFESS/CRESS, seguem acompanhadas da descrição de atividades realizadas, com vistas a sua operacionalização, bem como de desafios inerentes e daquelas atividades que não puderam ser efetivadas.

- **“Manter ações de enfrentamento às requisições de emissão de laudos e pareceres por parte de instituições do Poder Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público aos/às profissionais que não sejam vinculados/as a tais instituições”.**

Essa deliberação foi efetivada a partir de algumas ações realizadas pela COFI, sendo elas:

- Abordagem da temática nas visitas de orientação e fiscalização;
 - Realização de orientações via telefone aos/às Assistentes Sociais e sociedade em geral;
 - Efetivação de orientações pela via eletrônica aos/às Assistentes Sociais e sociedade em geral;
 - Realização de audiência junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, com a finalidade de apresentar levantamento de Grupo de Trabalho (GT) sobre o Transborde do Sistema de Justiça, bem como de incidir para o chamamento de profissionais aprovados/as em concurso público então vigente, para a adequada composição das equipes;
 - Participação em reuniões do GT sobre o Transborde do Sistema de Justiça, em conjunto com o Conselho Regional de Psicologia (CRP), Ministério Público Estadual de Santa Catarina, Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, Conselho Tutelar e Delegacias de Polícia;
 - Socialização de relatório do levantamento efetivado pelo GT sobre o Transborde do Sistema de Justiça por meio do site institucional do CRESS 12ª Região e na plenária final do II Congresso Catarinense de Assistentes Sociais (CCAS), realizado pelo CRESS 12ª Região em Julho/2016.
-
- **“Amadurecer posicionamento do Conjunto sobre a atuação de Assistentes Sociais em comissões de avaliação disciplinar, de monitoramento e comissões técnicas de classificação previstas no SINASE e na LEP”.**

Essa ação foi complementada com o envio aos CRESS pelo CFESS da “Nota Técnica problematizando a função da Comissão Técnica de Classificação no contexto do Estado Penal” (Tania Maria Dahmer Pereira) e da “Nota Técnica acerca da atuação das/os Assistentes Sociais em Comissão de Avaliação Disciplinar conforme previsão do SINASE” (Silvia da Silva Tejedass). Tais notas foram objeto de estudo dos/as Agentes Fiscais, no entanto, permanece pendente a atividade de debate das mesmas pelo conjunto de integrantes da COFI, devido a dificuldades de agenda, em interface com quantitativo de demandas. Da mesma forma, permanecem pendentes as seguintes atividades: Identificar os/as Assistentes Sociais atuantes no âmbito do Sistema Prisional e Sócioeducativo de meio fechado, sob a responsabilidade da Coordenação Técnica; Realizar reunião técnica com os/as

Assistentes Sociais identificados/as, sob responsabilidade de Coordenação Técnica e Agente Fiscal.

- **“Acompanhar a implementação do cadastro nacional dos campos de estágio e a fiscalização da supervisão direta”.**

A COFI desenvolveu atividades no intuito de garantir o cumprimento desta ação, mediante a efetivação de intervenções pertinentes à temática no âmbito de visitas de orientação e fiscalização; atendimentos via telefone e e-mail; audiências; e expedientes; bem como, por meio do permanente acompanhamento por Agentes Fiscais sobre o efetivo credenciamento *on line* dos campos de estágio em Serviço Social pelas Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs).

Entretanto, alguns fatores relativos ao Sistema de Credenciamento, gerido pela Empresa Implanta e CFESS, foram observados como obstáculos a maior efetividade das atividades realizadas. Dentre tais fatores, destacam-se: a não aceitação pelo Sistema de registro de credenciadores/as de campos de estágio com vinculação em CRESS de outra jurisdição; o não estabelecimento do número de credenciadores/as por UFA em cada CRESS; a instabilidade do sistema, observada mediante períodos “*fora do ar*” (algumas vezes, por dias consecutivos); e a morosidade de retorno por parte da empresa Implanta, em resposta aos questionamentos do CRESS, frente às dificuldades encontradas.

Ademais, importante registrar que, devido às condições objetivas presentes, permanece pendente e com previsão para 2017, envolvendo o conjunto de integrantes da COFI, a realização de Oficinas Temáticas Regionais acerca da Resolução CFESS nº 533/2008, a qual “Regulamenta a SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO no Serviço Social”, com as UFAs.

- **“Aprofundar estudos sobre a designação de Assistente Social como curador/a e/ou tutor/a no exercício profissional a partir das situações identificadas pelo CRESS na fiscalização”.**

Para a efetivação desta ação, deu-se a realização de estudo jurídico acerca da matéria, o qual está sendo utilizado apenas para fins de consulta interna. Outrossim, foram realizados debates acerca da matéria em reuniões do Setor de Orientação e Fiscalização, da Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) e de Conselho Pleno.

Registra-se enquanto dificuldade a restrição de elementos jurídicos que respaldem posicionamento político e técnico acerca da questão.

Permanece pendente e com previsão de realização em 2017, sob responsabilidade da Coordenação Técnica, a remissão de consulta acerca do assunto à COFI do CFESS.

- **“Aprofundar e socializar a discussão sobre as atribuições do/a Assistente Social contemplando o debate sobre o material técnico sigiloso”.**

Em relação a esta ação, foram realizados debates pontuais no sentido de subsidiar a realização de orientações via e-mail, telefone e nas visitas de orientação e fiscalização. Também ocorreu a abordagem da temática em oito eventos realizados pelo CRESS, de forma descentralizada no estado de Santa Catarina, em parceria com os NUCRESS.

Em outubro de 2016, parte dos/as integrantes da COFI participaram do Seminário Nacional sobre Sigilo Profissional, promovido pelo CFESS, na cidade de Cuiabá/MT.

Permanece pendente, para realização no ano de 2017, a realização de reunião de estudos entre COFI e Comissão Permanente de Ética (CPE), tendo como base a socialização da participação no Seminário Nacional sobre o Sigilo Profissional, supramencionado.

- **“Aprofundar o debate e elaborar posicionamento em relação à atuação do/a Assistente Social em ações de conciliação e mediação de conflitos propostas pelo CNJ e outros órgãos”.**

Com vistas à efetivação desta ação, foi realizado debate pontual acerca da temática no âmbito de reunião da COFI.

Permanece pendente, devido a dificuldades de conciliação de agenda frente a outras demandas que requisitaram posicionamentos, e com previsão de realização no Semestre 2017/2: Identificar e visitar Fórum que realiza mediação e conciliação; Identificar, por ocasião da visita de orientação e fiscalização supracitada, se no Fórum é desenvolvida a Metodologia do Depoimento sem Dano (DSD) ou processo equivalente/semelhante; Discutir os resultados da visita ao Fórum.

- **“Reformular os atuais instrumentais utilizados nas ações de fiscalização (formulário de relatório de visita de fiscalização, módulo de pesquisa), através da criação de um GT com a participação dos/as Agentes Fiscais para sistematizar o debate ocorrido nos Fóruns Regionais das COFIs e no Seminário Nacional das COFIs, culminando com a sua aprovação no Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS”.**

O CFESS criou Grupo de Trabalho (GT), objetivando a revisão/reformulação dos instrumentais da COFI, sendo este composto por Conselheiras e Assessora Técnica do CFESS, bem como por Conselheiras e Agentes Fiscais de um CRESS de cada uma das cinco regiões do Brasil. O GT também contou com assessoria especializada, sendo que os instrumentais reformulados, aprovados no 45º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, estão sendo utilizados por cada Regional, em caráter experimental, devendo ser avaliados em momento oportuno, no ano de 2017.

Registra-se que Agente Fiscal e Conselheira do CRESS 12ª Região representaram os CRESS da Região Sul no GT em questão, participando de inúmeras reuniões e articulando os debates pertinentes junto aos CRESS 10ª Região (RS) e 11ª Região (PR), especialmente, no âmbito dos Encontros Regionais das COFIs da Região Sul, realizados semestralmente.

- **“Promover a discussão no âmbito do CRESS sobre ética profissional no exercício profissional de Assistentes Sociais que ocupam cargos de gestão e coordenações de equipe e de políticas públicas”.**

Com vistas à efetivação desta ação, foi realizado debate no âmbito da COFI e de reunião de estudos abrangendo trabalhadores/as e conselheiros/as acerca da supervisão de estágio por profissionais que assumem cargos de gestão e coordenação junto às políticas sociais. Destarte, devido às dificuldades de conciliação de agenda frente a outras demandas que requisitaram posicionamentos, permanece pendente e com previsão de realização em 2017: reunião entre COFI, Comissão de Políticas Sociais, Comissão Permanente de Ética, Comissão de Inscrição e Comissão de Articulação Formação

Profissional acerca da temática.

- **“Estimular debates sobre o exercício profissional junto às pessoas com deficiência e defender condições éticas e técnicas de trabalho baseado na Lei Brasileira de Inclusão ao profissional de SS com deficiência, fortalecendo a articulação com os movimentos em defesa das pessoas com deficiências e suas entidades representativas, defendendo a efetivação de uma política de acessibilidade que rompa com as barreiras físicas, de comunicação e atitudinais”.**

Registra-se que foi realizada incidência pertinente a esta pauta junto ao Instituto Nacional de Previdência Social (INSS), por meio do encaminhamento de expedientes questionando acerca da existência de condições de acesso dos/as usuários/as com deficiência ao Serviço Social.

Outrossim, permanece pendente, sob responsabilidade da Coordenação Técnica, a remissão da temática à Comissão de Políticas Sociais e à Comissão Ampliada de Ética e Direitos Humanos do CRESS 12ª Região, sugerindo-se a realização de Roda de Conversa.

- **“Garantir a participação dos/as trabalhadores/as e conselheiros/as da COFI nos eventos regionais e nacionais”.**

No decorrer do ano de 2016, Conselheiras/o, Agentes Fiscais, Coordenadora Técnica e Colaboradoras de Base, integrantes da COFI, participaram dos seguintes eventos regionais e nacionais:

- **Maio:** 10º Seminário Nacional de Orientação e Fiscalização Profissional (Brasília/DF).
- **Julho:** 2º Congresso Catarinense de Assistentes Sociais (CCAS) (Florianópolis/SC).
- **Agosto:** XI Encontro do Fórum das COFIs da Região Sul (Porto Alegre/RS); Encontro Descentralizado da Região Sul (Porto Alegre/RS).
- **Setembro:** Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) (Olinda/PE) e Capacitação da Empresa Implanta (Florianópolis/SC).
- **Outubro:** Seminário Nacional sobre Sigilo Profissional (Cuiabá/MT); 45º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS (Cuiabá/MT).
- **Novembro:** XII Encontro do Fórum das COFIs da Região Sul (Porto Alegre/RS); Seminário Catarinense de Serviço Social e Seguridade Social: o exercício profissional no contexto da crise (Florianópolis/SC).

- **“Realizar Visitas de Orientação e Fiscalização”.**

No quadro abaixo, além da exposição do quantitativo de visitas de orientação e fiscalização, elenca-se o quantitativo de audiências, reuniões externas, atendimentos na sede e atividades com acadêmicos/as, as quais também se configuram enquanto intervenções de orientação e fiscalização.

Tabela 1: Intervenções da COFI em 2016, considerando-se visitas de orientação e fiscalização, audiências, reuniões externas, atendimentos na sede e atividades com acadêmicos/as.

ATIVIDADES	TOTAL
-------------------	--------------

Visitas de orientação e fiscalização	42
Audiências com desembargadores, juízes, promotores, gestores/as, diretores/as, coordenadores/as de instituições, programas, projetos, etc	22
Reuniões com Assistentes Sociais e grupos de Assistentes Sociais	5
Atendimentos de Assistentes Sociais na sede do CRESS 12ª Região	30
Atividade com Acadêmicos/as	2
TOTAL	101

Fonte: Setor de Orientação e Fiscalização do CRESS 12ª Região, Florianópolis/SC, 2016.

As intervenções da COFI destacadas na Tabela 1 abarcaram os seguintes municípios: Araquari, Balneário Camboriú, Blumenau, Bombinhas, Brusque, Caçador, Canoinhas, Criciúma, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Itajaí, Itapema, Joinville, Lages, Palhoça, Santa Cecília, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, São José, Tijucas e Urussanga.

A distribuição das intervenções elencadas na Tabela 1 por região do estado de Santa Catarina pode ser visualizada na Tabela 2, abaixo.

Tabela 2: Intervenções da COFI em 2016, por região do estado de Santa Catarina, considerando-se visitas de orientação e fiscalização, audiências, reuniões externas, atendimentos na sede e atividades com acadêmicos/as.

ATIVIDADES	TOTAL
Grande Florianópolis	61
Vale do Itajaí	10
Sul	5
Serrana	2
Norte	19
Oeste	1
Outros	3
TOTAL	101

Fonte: Setor de Orientação e Fiscalização do CRESS 12ª Região, Florianópolis/SC, 2016.

Como podemos observar na Tabela 2, acima, um quantitativo mais enfático de intervenções foram realizadas na Região da Grande Florianópolis, pelo fato de órgãos e instituições que possuem interface ou são referências para campos de trabalho no estado de Santa Catarina estarem alocados no município de Florianópolis. Outrossim, devido à localização da sede do CRESS nesse município, identifica-se uma busca maior por intervenções e encaminhamentos por parte dos/as profissionais Assistentes Sociais da Grande Florianópolis. Tais elementos acabam contribuindo para que esta região obtenha um quantitativo maior de intervenções. Todavia, contribuem sobremaneira para o fortalecimento do exercício profissional do Serviço Social e do Projeto Ético-político da profissão de forma geral, repercutindo de forma ampliada na jurisdição de atuação deste CRESS, a qual compreende todo o estado de Santa Catarina.

Ademais, faz-se de suma importância citar os dados qualitativos relacionados às demandas pautadas e atendidas a partir das intervenções relacionadas na Tabela 2, o que pode ser visualizado por meio da Tabela 3, abaixo.

Tabela 3: Demandas atendidas por meio de visitas de orientação e fiscalização, audiências, reuniões externas, atendimentos na sede e atividades com acadêmicos/as em 2016.

DEMANDAS	TOTAL	%
1. Competências e atribuições privativas – Geral	65	64%
2. Atribuições privativas – Supervisão de estágio	55	54%
3. Atribuições privativas – Exercício ilegal	25	25%
4. Atribuições privativas – Exercício irregular	7	7%
5. Condições de trabalho – Jornada de trabalho/30 horas	38	38%
6. Condições de trabalho – Autonomia profissional	55	54%
7. Condições de trabalho – Espaço físico/Sigilo profissional	53	52%
8. Condições de trabalho – Piso salarial	12	12%
9. Instrumentais técnicos	50	50%
10. Concurso público/Processo seletivo/Demanda de ampliação do quadro	45	45%
11. Acúmulo de cargos	3	3%
12. Posicionamento político sobre formação	6	6%
13. Outros posicionamentos políticos	33	33%
14. Outros	7	7%

Fonte: Setor de Orientação e Fiscalização do CRESS 12ª Região, Florianópolis/SC, 2016.

Vale explicitar que algumas intervenções pautaram mais de uma demanda (o que impede o fechamento do percentual em 100%) na tabela acima.

Além da realização de visitas de orientação e fiscalização; audiências com autoridades diversas; reuniões com profissionais Assistentes Sociais e grupos de profissionais Assistentes Sociais; atendimentos na sede de profissionais Assistentes Sociais (e outros) e atividades com acadêmicos/as, a COFI também empreende, cotidianamente, esforços relacionados à emissão de orientações pela via telefônica e eletrônica; envio de emails internos para organização e articulação do trabalho; realização/participação em reuniões para planejamento, encaminhamentos e estudos (da COFI, do Setor de Orientação e Fiscalização, de Conselho Pleno, dentre outras); expedição de documentos; emissão de notificações de multa; encaminhamento de denúncias ex-officio à Comissão Permanente de Ética, etc. Tais dados podem ser visualizados na Tabela 4, abaixo.

Tabela 4: Outras atividades desenvolvidas pela COFI em 2016.

ATIVIDADES	TOTAL
Atendimentos via telefone	568
Orientações pela via eletrônica	363
E-mails internos para organização e articulação do trabalho	348
Reuniões internas	68

Participação em eventos	10
Ofícios expedidos	60
Notificações de multa	5
Encaminhamento de documentos para a Comissão Permanente de Ética	8
TOTAL	1430

Fonte: Setor de Orientação e Fiscalização do CRESS 12ª Região, Florianópolis/SC, 2016.

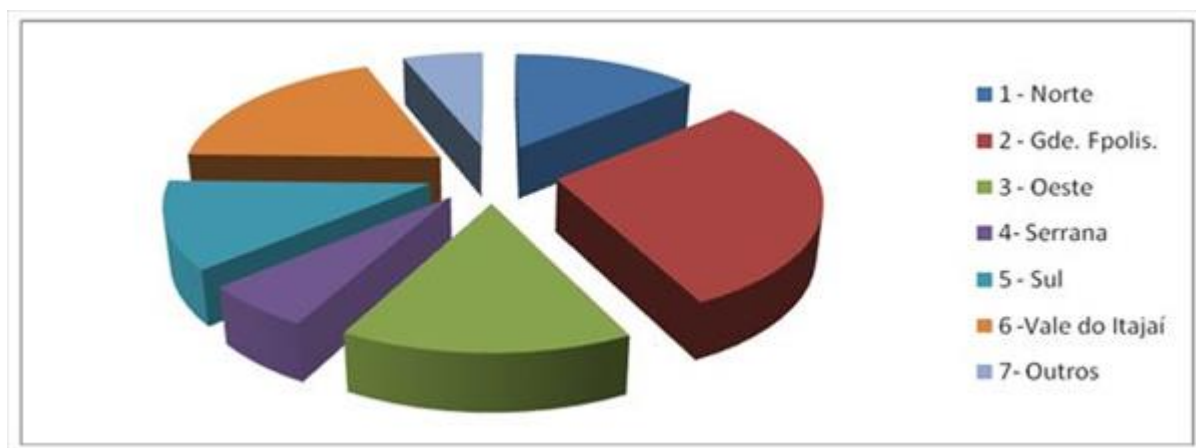
Conforme também é possível visualizar na Tabela 4, acima, a COFI permanece, cotidianamente, à disposição para o atendimento dos/as Assistentes Sociais e sociedade em geral, via telefone. Na Tabela 5, abaixo, podem ser visualizados dados pertinentes a tais atendimentos.

Tabela 5: Atendimentos via telefone em 2016, por mês do ano e região do estado de Santa Catarina.

Mês/Região	Norte	Grande Fpolis	Oeste	Serrana	Sul	Vale Itajaí	Outros	Total
Janeiro	8	10	3	2	3	8	0	34
Fevereiro	7	15	5	2	4	3	0	36
Março	4	16	3	0	5	9	4	41
Abril	12	31	23	5	14	13	2	100
Mai	10	7	9	2	5	7	3	43
Junho	4	8	10	5	7	15	9	58
Julho	3	15	4	0	4	10	3	39
Agosto	10	14	3	4	9	10	3	53
Setembro	7	11	6	5	3	9	6	47
Outubro	3	13	7	2	4	7	1	37
Novembro	7	15	4	1	7	10	1	45
Dezembro	2	8	7	5	1	4	1	28
Total	77	163	84	33	66	105	33	561
Percentual	14 %	29 %	15 %	6 %	12 %	19 %	6 %	100%

Fonte: Setor de Orientação e Fiscalização do CRESS 12ª Região, Florianópolis/SC, 2016.

Gráfico 1: Atendimentos via telefone em 2016, por região do estado de Santa Catarina.



Fonte: Setor de Orientação e Fiscalização do CRESS 12ª Região, Florianópolis/SC, 2016.

Tabela 6: Demandas atendidas via telefone no ano de 2016.

DEMANDAS	TOTAL	%
1. Competências e atribuições privativas – Geral	94	17%
2. Atribuições privativas – Supervisão de estágio	62	11%
3. Atribuições privativas – Exercício ilegal	19	3%
4. Atribuições privativas – Exercício irregular	8	1%
5. Condições de trabalho – Jornada de trabalho/30 horas	50	9%
6. Condições de trabalho – Autonomia profissional	23	4%
7. Condições de trabalho – Espaço físico/Sigilo profissional	38	7%
8. Condições de trabalho – Piso salarial	25	4%
9. Instrumentais técnicos	72	13%
10. Concurso público/Processo seletivo/Demanda de ampliação do quadro	46	8%
11. Acúmulo de cargos	17	3%
12. Posicionamento político sobre formação	7	1%
13. Outros posicionamentos políticos	0	0%
14. Outros	153	27%

Fonte: Setor de Orientação e Fiscalização do CRESS 12ª Região, Florianópolis/SC, 2016.

Ademais, importante citar que quando as demandas ingressam no Setor de Orientação e Fiscalização, seja via e-mail, seja pela via física, são divididas em demandas para orientação (orientação esta que pode ser efetivada tanto por e-mail quanto via telefone) e em demandas que exigem a abertura de processos, considerando a exigência de outras intervenções e encaminhamentos, para além da orientação.

Ao longo do ano de 2016, no âmbito da COFI, foram abertos 39 (trinta e nove) novos processos e arquivados 42 (quarenta e dois). Nisto, ao final de 2016, permaneceram em andamento 164 (cento e sessenta e quatro) processos demandantes de realização de monitoramentos e encaminhamentos.

Comissão de Comunicação:

No exercício de 2016 a Comissão de Comunicação realizou **14 (quatorze)** reuniões, as primeiras foram realizadas para organizar o Plano Operativo, as demais tiveram por objetivo operacionalizá-lo.

Concomitantemente a Comissão de Comunicação além das reuniões manteve um canal de discussão entre seus membros através de email. A gestão "Coletivizar para Seguir na Luta" (2014-2017),

alinhada a Política Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS/CRESS (2010) assumiu o compromisso com a democratização de informações e da comunicação, fundados nos princípios do Código de Ética da/o Assistente Social, reafirmando os princípios da Política de Comunicação.

A Comissão de Comunicação é constituída pelos seguintes membros: Natalli P. Silva, Rosana M. Prazeres, Samantha Roloff, Magali R. Franz, Fabiana L. Negri, Juçara Rosa e Cassiano Ferraz.

Pautada nesses princípios, a Comissão de Comunicação tem por objetivo auxiliar no processo de sustentação, publicização e defesa dos posicionamentos do Conjunto CFESS/CRESS junto a categoria profissional e junto a sociedade.

Ações Realizadas:

Instituir e reafirmar a Política Nacional de Comunicação

A Comissão garantiu a apresentação da Política Nacional de Comunicação aos/as conselheiros/as através das diversas publicações e também nos artigos produzidos para o Jornal Via Social, os quais foram socializados com os/as conselheiros/as.

No dia 02 de dezembro de 2016 a Comissão realizou a Roda de Conversa sobre a "Democratização da Mídia", recebendo cerca de 20 profissionais e outras pessoas interessadas na temática, resultando em um debate profícuo sobre a atual conjuntura.

A Comissão foi representada no ComunicaSul realizado no Rio Grande do Sul por três de seus membros no mês de julho de 2016.

O guia de fontes foi devidamente alimentado com os/as profissionais das diferentes área de atuação, servindo de referência para entrevistas, palestras e outros.

Garantir as publicações do CRESS, divulgando as ações do CRESS 12ª Região

No que se refere as publicações a Comissão garantiu a publicação de 03 (três) edições do Jornal Via Social em maio, setembro e dezembro, assim como, foram publicados 06 (seis) Boletins Eletrônicos sendo eles:

BE (19/01/16) "O Assistente Social e o Programa Bolsa Família";

BE (01/03/16) "Oficina Nacional de Graduação e Pós-graduação da ABEPSS";

BE (22/09/16) "Campanha em Defesa do Concurso Público";

BE (24/10/16) "Serviço Social e SUS: conjuntura regressiva e exercício profissional;

BE (31/10/16) "A Seguridade Social em tempos de crise do capital: as contrarreformas previdenciárias e o serviço social";

BE (08/12/16) "As particularidades da ação profissional na região de fronteira: cenários e desafios".

No que concerne a Lei de Acesso à Informação, a Comissão de Comunicação reestruturou totalmente o Portal da Transparência, garantindo as publicações dos atos, ações e demais informações pertinentes que promovem o acesso à informação de forma democrática e transparente.

Garantir Publicações de Materiais Técnicos

Neste ano a Comissão imprimiu e publicizou todos os materiais constantes no planejamento, possibilitando a efetivação da comunicação com os/as profissionais por meio do material técnico.

Manter atualizado o SITE do CRESS 12ª Região

No que se refere a manutenção do Site e comunicação com a categoria por meio do mailing a Comissão garantiu as atualizações necessárias e o envio dos materiais conforme solicitado pela Gestão.

Participar das Redes Sociais

Destaca-se que a alimentação do Site e Fanpage é diária, sendo que reproduzimos as publicações do CFESS, assim como viabiliza-se publicações da Gestão do CRESS 12ª Região, que são emitidas tanto pela Diretoria como pelas Comissões temáticas e precípuas.

Relação do CRESS com a Sociedade

Iniciamos a produção de um vídeo institucional, com a filmagem profissional de todas as atividades e ações do CRESS, para que a partir do Roteiro elaborado pela Comissão façamos a divulgação do trabalho executado pela entidade.

Nesta perspectiva, a Comissão deu prosseguimento a Campanha em defesa do Concurso Público, com a divulgação em nosso Site, Fanpage, envio de correspondências e distribuição de marca páginas e adesivos;

A Comissão garantiu um espaço de divulgação dos contatos dos NUCRESS no Site do Conselho, assim como tem propiciado a publicização das atividades destes, tanto no Site, como através do Jornal Via Social.

Com a finalidade de viabilizar acesso às ações desenvolvidas na sede do Conselho para os/as profissionais que residem no interior a Comissão promove a gravação das Rodas de Conversas que ocorreram durante o ano e as mesmas forma publicadas no Site.

O CFESS publicou o Jornal "Serviço Social é Notícia", e o CRESS/SC participou com uma matéria, que publicizou as ações realizadas.

Divulgar o Dia do Assistente Social

Cumprindo o estabelecido pelo Conjunto CFESS/CRESS, a partir da política nacional de comunicação, o CRESS 12ª Região através da Comissão de Comunicação, disponibilizou um outdoor, com a arte da campanha referente ao Dia do Assistente Social, para cada NUCRESS, ou seja, distribuímos no Estado de Santa Catarina 08 outdoors atendendo os municípios de: Florianópolis, Itajaí, Blumenau, Criciúma, Caçador, Mafra, Rio do Sul e Joinville.

Ações não Realizadas:

Garantir as publicações do CRESS, divulgando as ações do CRESS 12ª Região

Não cumpriu-se o previsto de publicar (03) três CRESS em debate, não houve ninguém que se responsabiliza-se por redigir os CRESS em Debate previstos.

Garantir Publicações de Materiais Técnicos

Da mesma forma não foram impressos os Folders sobre O que é? O que faz?, dado que não houve tempo hábil para a confecção do novo folder, sendo priorizado outros materiais.

Relação do CRESS com a Sociedade

O envio de release para imprensa estadual não se efetivou em função de nos anos anteriores esta estratégia não ter funcionado, visto que a imprensa não divulgou nem publicou os releases enviados, desta forma a Comissão avaliou não ser pertinente enviar novamente.

Comissão de Políticas Sociais:

A Comissão de Políticas Sociais, que conta com a participação de conselheiras/os, colaboradores, coordenação técnica e representantes do CRESS nos Conselhos e Fóruns, tem por objetivo ser um espaço de discussão e definição de ações políticas a partir das deliberações do conjunto CFESS/CRESS, adensando as posições coletivas nos espaços deliberativos, seminários e fóruns de Políticas Sociais Públicas.

A Comissão é constituída pelos seguintes membros: Zenici D. Herbst, Rosinete D. Laurindo, Cória H. Vieira, Natalli P. Silva, Samuel S. dos Santos, Ana Silvia Simon, Maria H. Souza, Marta Nunes, Rosana Prazeres, Samantha Roloff, Fabiana Luiza Negri, Maria Cecilia Godtsfriedt e Ivo Schnaider.

Ações Realizadas:

No exercício de 2016 a Comissão de Políticas Sociais realizou **13 (treze)** reuniões ordinárias e primou pela operacionalização do Plano Operativo elaborado nos primeiros encontros da Comissão.

Garantir articulação política com os NUCRESS

A Comissão realizou a mobilização dos/as profissionais de Lages em 08/11/16 e Blumenau em 05/08/16 no que resultou na criação dos NUCRESS da região do Planalto Catarinense e do Médio Vale do Itajaí e também se consolidou o NUCRESS de Brusque em 16/11/16;

No que concerne aos encontros dos NUCRESS foram realizados (08) oito encontros para efetivar a implementação dos NUCRESS nas regiões do Estado: Florianópolis (18/05/16), Mafra (10/05/16), Rio do Sul (25/05/16), Criciúma (17/05/16), Chapecó (03/05/16), Caçador (20/05/16), Joinville (19/05/16) e Itajaí (17/05/16), discutindo sobre os "80 Anos de Serviço Social: uma profissão inscrita no Brasil, com a participação de 439 profissionais;

Complementando as ações com os NUCRESS realizou-se o segundo encontro com os Coordenadores/as e Secretários/as dos NUCRESS em 02 de dezembro de 2016, assim sendo na atualidade contamos com 11 (onze) NUCRESS criados e em atividade no Estado de Santa Catarina.

Contribuir para o fortalecimento do Fórum dos Trabalhadores do SUAS/SC

O representante do CRESS/SC, teve garantida sua participação no FETSUAS através do financiamento deste Regional permitindo sua participação em todas as reuniões do Fórum, fazendo as defesas necessárias pela implementação da NOB/RH - SUAS;

O CRESS/SC, voltado ao fortalecimento do Fórum estabeleceu parceria através do empréstimo de seu auditório e infraestrutura para a realização dos eventos do FETSUAS/SC.

Garantir o debate sobre a Seguridade Social numa perspectiva ampliada

Neste aspecto, a Comissão criou um Grupo de Trabalho denominado GT Seguridade Social, o qual organizou o I Seminário Catarinense de Serviço Social e Seguridade Social, sendo que o evento ocorreu no dia 30 de novembro de 2016, com a finalidade de promover o debate sobre o desmonte dos direitos sociais e o ataque às políticas sociais pelo atual governo, participaram do evento 111 profissionais.

Na linha de garantir o debate sobre a Seguridade Social numa perspectiva ampliada a Comissão realizou Rodas de Conversa sobre Benefício Eventuais e o Serviço Social: no dia 24 de agosto de 2016 no NUCRESS de Florianópolis e no dia 31 de agosto na sede do CRESS/SC, assim como no dia 16 de novembro no NUCRESS de Brusque.

Neste ano foram mantidas as representações do CRESS 12ª Região nos Conselhos de Direitos, de Políticas Públicas e Fóruns;

Dar continuidade às atividades relacionadas à luta do Serviço Social na Educação

Dando continuidade nas ações referentes a Lei para inserção do/a Assistente Social nas escolas públicas estaduais a Comissão reuniu-se com a Secretária Adjunta do Estado da Educação e além de discutir a temática entregou uma proposta de Projeto de Lei no dia 11/04/16.

Garantir o debate sobre a Questão Urbana

Conforme planejado no II Congresso Catarinense de Assistentes Sociais em julho de 2016 realizou-se uma plenária sobre a questão urbana. A partir desta plenária organizou-se uma Comissão de Trabalho com a finalidade de planejar e estimular a criação do Grupo de Trabalho "GT Questão Urbana" que tinha por objetivo debater e construir estratégias sobre as violações de direitos nos centros urbanos.

Com esse debate, o CRESS/SC passou a participar de vários momentos de manifestação, integrando junto com os Movimentos Sociais a luta pelas políticas sociais. Nesta mesma perspectiva o CRESS/SC também esteve aliado aos movimentos sociais em defesa da mobilidade urbana e pelo transporte público gratuito, acompanhando os movimentos através de mobilizações e paralisações.

O CRESS 12ª Região participou de Audiências Públicas sobre a Assessoria Técnica gratuita solicitada pelo instituto de Arquitetura do Brasil - IAB e Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, contribuindo na luta em conjunto com demais profissionais que atuam na área da habitação

para a implementação de Projeto em Florianópolis na área de Assessoria Técnica Gratuita à População em Situação de risco.

Defender a efetivação, estruturação e garantia das condições adequadas da Defensoria Pública em Santa Catarina

O CRESS/SC acompanhou em 2016 a discussão, participando de reuniões na Assembleia Legislativa de Santa Catarina onde o Poder Judiciário juntamente com a Defensoria Pública propuseram o Projeto de Lei - PLC 0014.2/2016, sendo assim esteve em contato permanente com os defensores públicos na defesa da estruturação e qualificação dos serviços da Defensoria Pública.

Ações não Realizadas:

Garantir o debate sobre a Seguridade Social numa perspectiva ampliada

Não foi possível realizar o acompanhamento das mobilizações sobre o PL 6271/2009, visto que encontra-se em tramitação na Câmara de Deputados, sem ter sido movimentado.

No âmbito da Seguridade Social ampliada não foi possível também realizarmos o I Encontro dos Representantes do CRESS/SC nos conselhos, devido ao período de transição das gestões municipais nas representações em alguns conselhos de direitos.

Dar continuidade às atividades relacionadas à luta do Serviço Social na Educação

Nesta ação prevista no planejamento de 2016 a Comissão não realizou a criação do GT sobre o Serviço Social na educação, não priorizou-se a criação do mesmo, em razão de outras demandas.

Garantir o debate sobre a Questão Urbana

Não foi estruturado o GT Questão Urbana, devido a uma avaliação da Comissão que considerou importante primeiro realizar um debate ampliado, uma vez que este tema foi incluído na programação do II Congresso Catarinense de Assistentes Sociais e que ocorreu em julho de 2016.

Articulação com os movimentos sociais - por questões de organização e demandas originadas a Gestão do CRESS, esta ação não foi realizada.

Não foi elaborado o documento enfatizando o posicionamento do CRESS/SC sobre o direito à cidade nas dimensões urbana e agrária, uma vez que não foi criado o GT Questão Urbana.

Defender a efetivação, estruturação e garantia das condições adequadas da Defensoria Pública em Santa Catarina

A Comissão não realizou a consulta pública prevista, por não haver priorizado a interlocução com os profissionais atuantes na área em detrimento de outras demandas emergentes da categoria, especialmente no processo de interiorização e descentralização política do CRESS/SC.

Comissão de Articulação e Formação:

A Comissão de Articulação e Formação tem por princípio a defesa do projeto ético-político do Serviço Social e com ele a garantia da direção social da profissão, criando estratégias de qualificação profissional a fim de propiciar a valorização da categoria e da própria profissão. Atua na defesa de um projeto de formação profissional referenciado nas diretrizes curriculares aprovadas pela ABEPSS (1996), busca estabelecer articulação entre o CRESS e as Unidades de Formação, ABEPSS e ENESSO.

A Comissão de Articulação e Formação é constituída pelos seguintes membros: Rosana Prazeres, Ana Silvia Simon, Maria Helena Souza, Samuel dos Santos, Fabiana Negri, Samira Safadi Bastos, Michele L. Wiese, Ricardo Bortoli, Deborah Amorin e Audrilara Campos.

Ações Realizadas:

No exercício de 2016 a Comissão de Articulação e Formação realizou **10 (dez)** reuniões, a primeira com o objetivo de organizar o Plano Operativo e as demais no intuito de operacionalizá-lo.

Garantir as reuniões da Comissão, através de apoio financeiro

A Comissão organizou o cronograma de reuniões anual, viabilizando recursos, em forma de rodízio para os colaboradores das UFAs, participarem das reuniões.

Implementar o Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior

A Comissão participou do Fórum de Supervisão de Estágio da UFSC, no dia 14/12/16, momento em que ocorreu o debate sobre a supervisão de estágio, permitindo as orientações conforme a Lei de Estágio, a Política Nacional de Estágio e a Resolução 533/2008.

Promoveu-se a defesa por abertura e manutenção dos cursos de Serviço Social que garantam graduação pública, gratuita, universal, laica, presencial e de qualidade, participando dos debates e reuniões nas UFA's presenciais do Estado e incidindo pela abertura do Curso na Universidade Federal Fronteira Sul;

Nos momentos de debate oportunizados pelas UFAs o CRESS/SC posicionou-se contrário ao Mestrado profissionalizante;

A Comissão, para além da participação promoveu em parceria com a ABEPSS, a Oficina Regional da ABEPSS Itinerante nos dias 29 e 30 de setembro de 2016;

Os conselheiros/as representaram o CRESS/SC - CAF na Oficina Nacional da ABEPSS que ocorreu de 03 a 05 de novembro de 2016.

Implementar a política de educação e capacitação permanente do conjunto CFESS/CRESS

A coordenadora da Comissão participou de todas as reuniões do GT Formação e Trabalho do CFESS, possibilitando a apreensão das discussões nacionais acerca do Plano Nacional de Capacitação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS.

O CRESS/SC - Comissão de Articulação e Formação, foi representado no XV ENPESS (Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social), três conselheiros e uma trabalhadora entre os dias 05 e 09 de dezembro de 2016.

A Comissão de Articulação e Formação organizou o II Congresso Catarinense de Assistentes Sociais, que ocorreu de 06 a 08 de julho de 2016.

Outras Ações Realizadas:

No XV ENPESS (Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social) a Comissão de Articulação e Formação participou, através da elaboração de um capítulo, da publicação do livro "*Formação e Trabalho em Serviço Social: desafios, resistências e sonhos marcando coletivamente a história do sul brasileiro*", o qual foi lançado no dia 07 de dezembro de 2016.

Ações não Realizadas:

Implementar o Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior

Não produziu-se material informativo (Perguntas e respostas) sobre as demandas acerca da supervisão de estágio, porque a Comissão avaliou ser necessário rearticular os espaços dos Fóruns de Supervisão;

Não realizou-se o debate sobre os 20% de carga horária virtual do curso presencial, tendo em vista o entendimento por parte da Comissão que esta discussão é ação nacional cabendo ao CFESS este debate e não aos CRESS.

Não concretizou-se o acompanhamento dos Programas de Residência Multiprofissional, devido ao fato da Comissão aguardar posicionamento do CFESS.

Comissão Ampliada de Ética e Direitos Humanos:

A luta pela materialização dos Direitos Humanos assume valor estratégico quando contribui para denunciar a desigualdade e as diferenciadas formas de exploração e opressão vivenciadas cotidianamente pela maioria da população. Assim, o CRESS 12ª Região decidiu fomentar junto à sociedade, importantes temas relacionados aos Direitos Humanos, que devem ser assegurados de forma intersetorial pelas políticas sociais públicas. As atividades ordinárias da Comissão ocorrem mensalmente e contou com a participação das conselheira Rosana Maria Prazeres, CRESS 2840, Conselheira Coordenadora da Comissão Cória Helena Vieira, CRESS 5268, Coordenadora Técnica Maria Dolores Thiesen, CRESS 1811 e colaboradoras de base, as Assistentes Sociais Maristela Antonia dos Santos, CRESS 2271 e Rosana Sarmento. Para o ano de 2016, foram programadas as metas abaixo descritas.

Ações Realizadas

Garantir o debate acerca dos direitos humanos

Destaque para a População em situação de Rua e a atuação do Serviço Social;

Diversidade sexual e atuação do Serviço Social;

Interrupção legal da gestação através da divulgação da Norma Técnica do Ministério da Saúde sobre o Aborto legal e seguro.

No ano de 2016 foram realizadas duas Rodas de Conversa acerca do tema População em Situação de Rua e rebitamentos no exercício profissional dos/as Assistentes Sociais. As atividades ocorreram nos municípios de Itajaí e Florianópolis, respectivamente, nos dias 21 de outubro e 1º de dezembro, no qual contamos com a participação de profissionais do Estado, aproximadamente 60 Assistentes Sociais.

Contamos com a participação da Dra. Rosana S. de Moraes Sarmento que mediou às rodas de conversa, intituladas “Diálogos sobre o exercício profissional com a População em Situação de Rua”.

Durante o 2º Congresso Catarinense de Assistentes Sociais, foram desenvolvidas duas oficinas vinculadas ao temário dos Direitos Humanos, especificamente sobre os temas acima relacionados, sendo eles:

- Política Nacional para a População em situação de Rua;
- Serviço Social, Movimentos Sociais, Relações de Exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidade.

As oficinas acima descritas contaram com a participação aproximadamente de 120 profissionais.

Ações não realizadas:

Acerca do tema da Interrupção legal da gestação através da divulgação da Norma Técnica do Ministério da Saúde sobre o Aborto legal e seguro, programada para este ano, em função de demandas deste Conselho, não foi possível operacionalizar, sendo redimensionada para o ano de 2017.

4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2016 levou-se em consideração a receita líquida já que o repasse da cota parte ao Federal que é de 15% já é feito automaticamente pelo banco. Além do repasse outro ponto de relevância para a elaboração da mesma é a utilização do índice de 20% de inadimplência. Para o exercício de 2016 os valores orçados para as despesas correntes e de capital foram de R\$ 1.888.624,75 (um milhão oitocentos e oitenta e oito mil seiscentos e vinte e quatro reais e setenta e cinco centavos) e R\$ 40.550,00 (quarenta mil quinhentos e cinquenta reais) respectivamente.

4.3.1 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

O valor orçado para as despesas do exercício de 2016 foi de R\$ 1.929.174,75 (um milhão novecentos e vinte e nove mil cento e setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), sendo que R\$ 40.550,00 (quarenta mil quinhentos e cinquenta reais) foram destinados para as despesas de capital. Tendo um aumento de R\$ 397.108,55 (trezentos e noventa e sete mil cento e oito reais e cinquenta e cinco centavos) com relação ao exercício anterior.

Conta contábil	Dotação Inicial		Suplementação		Redução		Orçado Final	
	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual
6.2.1.1 - RECEITA A REALIZAR	1.532.066,20	1.929.174,75	0,00	0,00	0,00	0,00	1.532.066,20	1.929.174,75
6.2.1.1.1 - RECEITA CORRENTE	1.532.066,20	1.929.174,75	0,00	0,00	0,00	0,00	1.532.066,20	1.929.174,75
6.2.1.1.1.02 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.337.366,20	1.705.974,75	0,00	0,00	0,00	0,00	1.337.366,20	1.705.974,75
6.2.1.1.1.02.01 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.337.366,20	1.705.974,75	0,00	0,00	0,00	0,00	1.337.366,20	1.705.974,75
6.2.1.1.1.02.01.01 - ANUIDADES	1.337.366,20	1.705.974,75	0,00	0,00	0,00	0,00	1.337.366,20	1.705.974,75
6.2.1.1.1.05 - RECEITA DE SERVIÇOS	35.200,00	32.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.200,00	32.200,00
6.2.1.1.1.05.01 - EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	20.300,00	21.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.300,00	21.300,00
6.2.1.1.1.05.02 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	1.600,00	1.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.600,00	1.600,00
6.2.1.1.1.05.03 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	2.300,00	2.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.300,00	2.300,00
6.2.1.1.1.05.07 - RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	11.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	7.000,00
6.2.1.1.1.06 - FINANCEIRAS	59.500,00	71.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.500,00	71.000,00
6.2.1.1.1.06.02 - JUROS DE	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00

MORA SOBRE ANUIDADES								
6.2.1.1.1.06.05 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	56.500,00	68.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.500,00	68.000,00
6.2.1.1.1.06.05.04 - MULTAS SOBRE ANUIDADES	2.500,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	3.000,00
6.2.1.1.1.06.05.07 - REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	54.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.000,00	65.000,00
6.2.1.1.1.08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	100.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	120.000,00
6.2.1.1.1.08.01 - DÍVIDA ATIVA	100.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	120.000,00
6.2.2.1 - DISPONIBILIDADES DE CREDITO	1.532.066,20	1.929.174,75	38.429,88	131.054,85	38.429,88	131.054,85	1.532.066,20	1.929.174,75
6.2.2.1.1 - CRÉDITO DISPONÍVEL DA DESPESA	1.532.066,20	1.929.174,75	38.429,88	131.054,85	38.429,88	131.054,85	1.532.066,20	1.929.174,75
6.2.2.1.1.01 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	1.519.516,20	1.888.624,75	38.429,88	129.854,85	38.429,88	129.854,85	1.519.516,20	1.888.624,75
6.2.2.1.1.01.01 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	696.735,00	764.272,37	1.221,17	13.400,00	1.221,17	250,00	696.735,00	777.422,37
6.2.2.1.1.01.01.01 - REMUNERAÇÃO PESSOAL	538.256,00	588.409,51	1.221,17	7.250,00	1.221,17	250,00	538.256,00	595.409,51
6.2.2.1.1.01.01.02 - ENCARGOS PATRONAIS	158.479,00	175.862,86	0,00	6.150,00	0,00	0,00	158.479,00	182.012,86
6.2.2.1.1.01.04 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	751.611,00	932.951,76	32.897,85	110.054,85	25.210,00	28.158,78	759.298,85	1.014.847,83
6.2.2.1.1.01.04.01 - BENEFÍCIOS A PESSOAL	165.434,00	164.474,76	9.400,00	36.676,09	0,00	0,00	174.834,00	201.150,85
6.2.2.1.1.01.04.03 - USO DE BENS E SERVIÇOS	250.650,00	330.150,00	20.947,85	54.997,50	2.260,00	15.758,78	269.337,85	369.388,72
6.2.2.1.1.01.04.03.001 - MATERIAL DE CONSUMO	19.150,00	24.150,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	19.150,00	22.150,00
6.2.2.1.1.01.04.03.003 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	7.000,00	6.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	7.000,00	7.000,00
6.2.2.1.1.01.04.03.004 -	85.000,00	100.000,00	0,00	32.000,00	0,00	9.861,28	85.000,00	122.138,72

SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS								
6.2.2.1.1.01.04.03.006 - DIÁRIAS	81.000,00	82.000,00	10.897,85	21.997,50	2.260,00	3.897,50	89.637,85	100.100,00
6.2.2.1.1.01.04.03.007 - PASSAGENS	56.000,00	115.500,00	10.050,00	0,00	0,00	0,00	66.050,00	115.500,00
6.2.2.1.1.01.04.03.009 - DESPESA COM LOCOMOÇÃO	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	2.500,00
6.2.2.1.1.01.04.04 - SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	335.527,00	438.327,00	2.550,00	18.381,26	22.950,00	12.400,00	315.127,00	444.308,26
6.2.2.1.1.01.05 - TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	19.500,00	22.500,00	0,00	0,00	3.428,51	5.600,50	16.071,49	16.899,50
6.2.2.1.1.01.05.01 - TRIBUTOS	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	45,77	0,00	2.454,23	2.500,00
6.2.2.1.1.01.05.02 - CONTRIBUIÇÕES	17.000,00	20.000,00	0,00	0,00	3.382,74	5.600,50	13.617,26	14.399,50
6.2.2.1.1.01.06 - DEMAIS DESPESAS CORRENTES	17.570,20	134.800,62	4.310,86	6.400,00	8.570,20	95.845,57	13.310,86	45.355,05
6.2.2.1.1.01.07 - SERVIÇOS BANCÁRIOS	34.000,00	34.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.000,00	34.000,00
6.2.2.1.1.01.08 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00
6.2.2.1.1.01.08.02 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00
6.2.2.1.1.01.08.02.005 - FINANCEIRAS	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	100,00
6.2.2.1.1.02 - CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	12.550,00	40.550,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00	12.550,00	40.550,00
6.2.2.1.1.02.01 - INVESTIMENTOS	12.550,00	40.550,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00	12.550,00	40.550,00
6.2.2.1.1.02.01.03 - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	12.550,00	40.550,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00	12.550,00	40.550,00
TOTAIS:	1.532.066,20	1.929.174,75	0,00	0,00	0,00	0,00	1.532.066,20	1.929.174,75

4.3.2 TRANSFERÊNCIAS

Não se aplica

4.3.3 RECEITAS

Descrição dos repasses de receita (método e percentuais)

Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2016 levou-se em consideração a receita líquida já que o repasse da cota parte ao Federal que é de 15% já é feito automaticamente pelo banco. Além do repasse outro ponto de relevância para a elaboração da mesma é a utilização do índice de 20% de inadimplência.

Notas Explicativas

A receita arrecadada no exercício de 2016 atingiu o valor de R\$ 2.008.042,76 (dois milhões, oito mil quarenta e dois reais e setenta e seis centavos), que corresponde a 104,09% da previsão orçamentária de 2016, que foi de R\$ 1.929.174,75 (um milhão novecentos e vinte e nove mil cento e setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos). Sendo que dos 104,09% o montante de 89,79% correspondem à arrecadação com anuidades tanto do exercício em curso como de exercícios anteriores.

Conta contábil	Orçado (dotações + reformulações + transposições até 31/12)	Receita Bruta (total das receitas efetivas)	Diferença (Orçado - Arrecadado)
6.2.1.2 - 6.2.1.2 - RECEITA REALIZADA	1.929.174,75	2.008.042,76	-78.868,01
6.2.1.2.1 - 6.2.1.2.1 - RECEITA CORRENTE	1.929.174,75	2.008.042,76	-78.868,01
6.2.1.2.1.02 - 6.2.1.2.1.02 - RECEITAS DE CONTRIBUICOES	1.705.974,75	1.519.714,04	186.260,71
6.2.1.2.1.02.01 - 6.2.1.2.1.02.01 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.705.974,75	1.519.714,04	186.260,71
6.2.1.2.1.02.01.01 - 6.2.1.2.1.02.01.01 - ANUIDADES	1.705.974,75	1.519.714,04	186.260,71
6.2.1.2.1.02.01.01.003 - 6.2.1.2.1.02.01.01.003 - Anuidade Pessoa Física Exercícios Anteriores	60.000,00	163.753,33	-103.753,33
6.2.1.2.1.02.01.01.004 - 6.2.1.2.1.02.01.01.004 - Anuidades do Exercício	1.645.974,75	1.355.960,71	290.014,04

6.2.1.2.1.05 - 6.2.1.2.1.05 - RECEITA DE SERVIÇOS	32.200,00	31.008,31	1.191,69
6.2.1.2.1.05.01 - 6.2.1.2.1.05.01 - EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	21.300,00	15.943,55	5.356,45
6.2.1.2.1.05.01.01 - 6.2.1.2.1.05.01.01 - Pessoa Física	21.000,00	15.943,55	5.056,45
6.2.1.2.1.05.01.02 - 6.2.1.2.1.05.01.02 - Pessoa Jurídica	300,00	0,00	300,00
6.2.1.2.1.05.02 - 6.2.1.2.1.05.02 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	1.600,00	4.321,16	-2.721,16
6.2.1.2.1.05.02.01 - 6.2.1.2.1.05.02.01 - Pessoa Física	1.600,00	4.321,16	-2.721,16
6.2.1.2.1.05.03 - 6.2.1.2.1.05.03 - EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	2.300,00	100,84	2.199,16
6.2.1.2.1.05.03.01 - 6.2.1.2.1.05.03.01 - Pessoa Física	2.300,00	100,84	2.199,16
6.2.1.2.1.05.07 - 6.2.1.2.1.05.07 - RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	7.000,00	10.642,76	-3.642,76
6.2.1.2.1.05.07.02 - 6.2.1.2.1.05.07.02 - Livros	500,00	0,00	500,00
6.2.1.2.1.05.07.03 - 6.2.1.2.1.05.07.03 - Publicações Diversas	500,00	0,00	500,00
6.2.1.2.1.05.07.14 - 6.2.1.2.1.05.07.14 - Receitas Eventuais	6.000,00	10.642,76	-4.642,76
6.2.1.2.1.06 - 6.2.1.2.1.06 - FINANCEIRAS	71.000,00	109.515,22	-38.515,22
6.2.1.2.1.06.02 - 6.2.1.2.1.06.02 - JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	3.000,00	11.092,00	-8.092,00
6.2.1.2.1.06.02.01 - 6.2.1.2.1.06.02.01 - Pessoas Físicas	3.000,00	11.092,00	-8.092,00
6.2.1.2.1.06.05 - 6.2.1.2.1.06.05 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	68.000,00	98.423,22	-30.423,22
6.2.1.2.1.06.05.04 - 6.2.1.2.1.06.05.04 - MULTAS SOBRE ANUIDADES	3.000,00	6.402,58	-3.402,58
6.2.1.2.1.06.05.04.001 - 6.2.1.2.1.06.05.04.001 - Pessoas Físicas	3.000,00	6.402,58	-3.402,58
6.2.1.2.1.06.05.07 - 6.2.1.2.1.06.05.07 - REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	65.000,00	92.020,64	-27.020,64
6.2.1.2.1.06.05.07.003 - 6.2.1.2.1.06.05.07.003 - Poupança	65.000,00	92.020,64	-27.020,64
6.2.1.2.1.08 - 6.2.1.2.1.08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	120.000,00	347.805,19	-227.805,19

6.2.1.2.1.08.01 - 6.2.1.2.1.08.01 - DÍVIDA ATIVA	120.000,00	347.805,19	-227.805,19
6.2.1.2.1.08.01.01 - 6.2.1.2.1.08.01.01 - Tributária (Anuidades)	120.000,00	347.805,19	-227.805,19

4.3.4 DESPESAS

Apresentação

Para o exercício de 2016 os valores orçados para as despesas correntes e de capital foram de R\$ 1.888.624,75 (um milhão oitocentos e oitenta e oito mil seiscentos e vinte e quatro reais e setenta e cinco centavos) e R\$ 40.550,00 (quarenta mil quinhentos e cinquenta reais) respectivamente.

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Rp. não processado		Valores Pagos	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
1. Despesa de Pessoal								
6.2.2.1.1.01.01.01.001 - Salários	402.947,52	484.988,83	402.947,52	484.988,83	0,00	0,00	402.947,52	484.988,83
6.2.2.1.1.01.01.02.001 - INSS	110.779,72	128.115,20	110.779,72	128.115,20	0,00	0,00	101.270,75	118.031,54
Demais elementos do grupo	129.755,09	157.998,98	129.755,09	157.998,98	0,00	0,00	123.975,52	151.502,94
2. Juros e Encargos da Dívida								
Demais elementos do grupo	10,83	4,43	10,83	4,43	0,00	0,00	10,83	4,43
3. Outras Despesas Correntes								
6.2.2.1.1.01.04.01.002 - Programa de Alimentação ao Trabalhador - Pat	96.749,24	123.536,61	96.749,24	123.536,61	0,00	0,00	96.749,24	115.245,18
6.2.2.1.1.01.04.01.003 - Plano de Saúde	51.628,63	63.371,42	51.628,63	63.371,42	0,00	0,00	51.628,63	63.371,42
6.2.2.1.1.01.04.03.004.003 - Serviços de Assessoria Jurídica	48.300,39	74.290,41	48.300,39	74.290,41	0,00	0,00	48.300,39	74.290,41
6.2.2.1.1.01.04.03.004.022 - Demais Serviços Profissionais	28.026,71	46.826,13	28.026,71	46.826,13	0,00	0,00	26.289,14	35.318,02
6.2.2.1.1.01.04.03.006.002 - Diárias Conselheiros	50.776,31	59.692,00	50.776,31	59.692,00	0,00	0,00	50.776,31	58.067,00
6.2.2.1.1.01.04.03.007.004 - Passagens	57.934,91	69.993,07	57.934,91	69.993,07	0,00	0,00	57.934,91	69.993,07

Aéreas, Terrestres e Marítimas								
6.2.2.1.1.01.04.04.005 - Serviços de Informática	28.970,77	46.580,60	28.970,77	46.580,60	0,00	0,00	26.352,04	43.680,79
6.2.2.1.1.01.04.04.035 - Postagem de Correspondência Institucional	42.815,93	56.442,39	42.815,93	56.442,39	0,00	0,00	26.304,47	56.442,39
6.2.2.1.1.01.04.04.048 - Cursos, Eventos e Encontros	13.818,48	106.390,22	13.818,48	106.390,22	0,00	0,00	13.818,48	105.665,22
Demais elementos do grupo	140.471,21	199.938,03	140.471,21	199.938,03	0,00	0,00	126.431,96	188.092,98
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Rp. não processado		Valores Pagos	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
4. Investimentos								
Demais elementos do grupo	808,41	6.469,70	808,41	6.469,70	0,00	0,00	808,41	6.469,70
5. Inversões Financeiras								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida								
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO I - Despesas Totais por Modalidade de Contratação.pdf - Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Vide anexo do tópico 4.3.4 na sessão 11

4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL

Dados apresentados no item 4.2 deste Relatório.

4.5 INDICADORES

Diretoria:

Fortalecer o exercício profissional, a luta contra a precarização do processo de formação, a relação com a categoria e a visibilidade do CRESS junto à sociedade

Indicadores:

Participação nas Solenidades de Formatura - 3

Ação conjunta CRESS- CRP- FECAM - FETSUAS -CEAS -CES -SEAS-SES - Criação GT – Transborde do Judiciário - 6 reuniões

Participação no 45º Encontro Nacional Conjunto CFESS/CRESS - 1

Fortalecimento e ampliação de espaços democráticos de organização, participação e capacitação

Indicadores:

Este eixo se desdobra nas ações das comissões abaixo descritas.

Ações políticas em defesa do cumprimento da Lei 12.317/2010, que estabelece jornada de 30 horas, sem redução de salário para Assistentes Sociais

Indicador:

As ações desenvolvidas pela COFI - Comissão de Orientação e Fiscalização em todos os espaços de intervenção - 100% das regiões

Participação em Audiências e mobilizações acerca do tema: 10 Regiões

Garantir o debate alusivo ao dia do/a assistente social 2016: "*80 Anos do Serviço Social no Brasil: uma profissão inscrita*", agregando ao debate a temática sobre "*As atribuições e competências dos/as Assistentes Sociais nos Benefícios Eventuais*".

Indicadores:

Distribuição do cartaz da campanha em todas reuniões, audiências e visitas de fiscalização - 100% distribuído.;

Distribuição de outdoors - 11

Encontros de NUCRESS: 10

Comissão Administrativo-Financeira:

Organizar a estrutura do CRESS

Indicadores:

Licitação :

001.2016 - Assessoria Jurídica

Investir na Capacitação dos/as Trabalhadores/as, Conselheiros e Colaboradores

Indicadores:

Cursos de Formação técnico: 100% dos/as trabalhadores/as

Cursos Administrativos: 100% dos/as trabalhadores/as.

Manter convênio implanta

Indicador:

Manutenção do Convênio Implanta

Conselho Fiscal:

Indicador:

Número de recomendações: nenhuma.

Comissão de Inscrição:

Homologações e Registros

Indicadores:

Nº de profissionais inscritos ativos:

Nº de nova inscrições: 250

Nº de cancelamentos: 174

Nº de Isenções de Pagamento da Anuidade por completar 60 Anos: 38

Nº de Transferência - por homologação: 25 e por deferimento: 31

Nº de Reinscrição: 30

Nº de Apostilamentos de Nomes: 25

Nº de Interrupções de Exercício profissional: 03

Nº de Inscrição secundária: 02

Nº total de inscritos em 31/12/2016: 4.864

Divulgação/publicização das Resoluções conjunto CFESS/CRESS

Indicador:

Publicação no site: 100% das resoluções.

Desenvolvimento do Projeto CRESS na Academia

Indicador:

Capacitação dos/das futuros/as profissionais: 02 Unidades de Formação Acadêmica atendidas;

Nº de alunos: 75 alunos.

Comissão de Inadimplência:

Política de Combate a Inadimplência

Indicadores:

Envio de Carta de Orientação: 100% dos/das Assistentes Sociais inadimplentes;

Envio de Notificação/inscrição da dívida ativa: 100% dos/das profissionais inadimplentes.

Comissão Permanente de Ética e Direitos Humanos

Das denúncias

Indicadores:

Nº de denúncias recebidas: 06

Nº de desaforamentos recebidos: 01

Nº de denúncias em andamento: 05

Nº de arquivamentos de denúncias pela comissão permanente de ética: 02

Nº de instauração de Processo Ético: 05

Nº de arquivamento de denúncias pela comissão de instrução: 01

Nº de processos éticos em andamento: 13

Nº de processos julgados: 05

Nº de desagravo público: 02

Nº Recursos CFESS: 01

Nº processos Disciplinar: 01

Nº de Comissões de Instrução ética: 07

Curso de Ética em Movimento

Indicadores:

Nº de cursos ministrados: 03

Nº de cursos recebidos pelo CFESS: 01

Ampliada de Ética e Direitos Humanos

Indicadores:

Rodas de conversa:

A atuação do profissional Assistente Social na Atuação com a População em Situação de Rua - 02

- Serviço Social, Movimentos Sociais, Relações de Exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidade 01

Comissão de Orientação e Fiscalização

Ações realizadas pela COFI em 2016

Indicadores:

Nº Visitas de orientação e fiscalização: 42

Nº Audiências com desembargadores, Juízes e Promotores, Gestores e Coordenadores: 22

Nº Reuniões com Assistentes Sociais: 05

Nº Atendimentos de profissionais na sede: 30

Nº Atendimentos por telefone: 568

Nº Orientações por e-mail: 363

Nº de reuniões para planejamento e estudos: 68

Nº Participação em eventos: 10

Nº Ofício expedidos: 60

Nº Encaminhamentos à Comissão Permanente de Ética: 08

Demandas Apresentadas à Comissão

Indicadores:

Condições de Trabalho (espaço/sigilo): 52%

Aplicação da Lei 12.317/10 (Jornada de Trabalho): 38%

Competências e Atribuições (Supervisão direta de estágio): 13%

Abertura de vagas e concursos públicos: 45%

Autonomia Profissional: 54%

Exercício ilegal da profissão: 25%

Exercício irregular da profissão: 7%

Processos em andamento e encerrados

Indicadores:

Nº processo existentes de anos anteriores: 182

Nº processos abertos: 39

Nº processo encerrados: 42

Nº processos em andamento: 164

Comissão de Comunicação

Reafirmar a Política Nacional de Comunicação

Indicadores:

Debater sobre a Política Nacional de Comunicação com os conselheiros: 100%
Participação do ComunicaSul e Seminário Nacional - 100%

Garantir as Publicações do CRESS

Indicadores :

Produzir Jornal Via Social - 03 edições

Produzir Boletins Eletrônicos - 06 edições

Impressão das Resoluções: 100%

Garantir a relação do CRESS com a categoria e sociedade

Indicador -

Veicular de outdoors no Estado - 11 outdoors.

Distribuição de cartazes sobre a temário nacional: 100%

Portal da Transparência: 80% concluído

Roda de Conversa "Democratização da Mídia": 15

Comissão de Políticas Sociais

Representação nos espaços democráticos Conselhos de Direitos e de Políticas

Indicadores:

Nº de Conselhos estaduais: 02

Nº de conselhos municipais: 22

Nº de Participação em Fórum Estadual: 02

Nº de participação em Fórum Municipal: 01

Descentralização Política do CRESS

Indicadores:

Nº de encontros regionais: 10

Nº de participantes: 439

Debates sobre Seguridade Social

Indicadores:

Nº de Rodas de Conversa: 03

Nº de participantes: 100

Nº de participantes Seminário Seguridade Social: 111

Garantir o debate acerca das atribuições do CRESS

Indicadores:

Nº de encontros regionais: 10

Nº de participantes: 439

Comissão de Articulação e Formação

Garantir as reuniões da Comissão

Indicadores:

Nº de Unidades de Formação Acadêmicas integrantes da Comissão: 04

Nº de reuniões: 10

Implementar Plano de Lutas contra a Precarização da Formação

Indicador:

Debates sobre as Resoluções CFESS 533/2008 e 568/2013: 50% nas Universidades

Elaborar a Política de Educação e Capacitação do conjunto CFESS/CRESS

Indicadores:

Desenvolvimentos de cursos/eventos de capacitação: 01 (ABEPSS Itinerante)

Nº de participantes: 60

**Despesas Totais por Modalidade de
Contratação.pdf - Despesas Totais por
Modalidade de Contratação - Anexo do
tópico 4.3.4**

Despesas por Modalidade de Licitação

Modalidade Contratação	Despesa Empenhada						Despesa Paga					
	2016			2015			2016			2015		
	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%	Qtd.	Valor	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g+h)												
a) Convite	2	51.425,04	3,07	1	14.623,83	1,17	2	51.425,04	3,17	1	14.623,83	1,22
b) Tomada de Preços	5	216.763,24	12,94	3	123.869,82	9,94	5	216.763,24	13,36	3	123.869,82	10,36
c) Concorrência	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
d) Pregão	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
e) Concurso	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
f) Consulta	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
2. Contratações Diretas (i+j)												
i) Dispensa	1	0,00	0	2	40.715,95	3,27	1	0,00	0	2	40.715,95	3,40
j) Inexigibilidade	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
3. Regime de Execução Especial												
k) Suprimento de Fundos	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
4. Pagamento de Pessoal (l+m)												
l) Pagamento em Folha	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
m) Diárias	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
5. Total												
	8	268.188,28	16,01	6	179.209,60	14,38	8	268.188,28	16,53	6	179.209,60	14,99
6. Total Geral												
	399	1.675.461,74	100	331	1.246.017,32	100	399	1.621.987,64	100	331	1.195.821,77	100

5 - GOVERNANÇA

5.1 GOVERNANÇA

A governança dentro do Conselho tem como princípios: a transparência, a equidade, a prestação de contas e responsabilidade corporativa.

O foco central da governança no âmbito do CRESS 12ª Região é a garantia da organização, da qualidade e efetividade dos serviços prestados à categorias profissional e à sociedade.

5.2 DIRIGENTES

Dirigente:	Rosana Maria Prazeres
CPF:	519.139.929-34
Cargo:	Presidente
Registro Profissional:	2840
Entidade:	CRESS
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	Através de eleição direta e secreta. Exigências quanto ao perfil: assistentes sociais devidamente inscritos e em situação regular
Ato de designação:	Termo de Posse nº 12
Data do Ato de designação:	17/05/2014
Data inicial do mandato:	17/05/2014
Data final do mandato:	17/05/2017
Informações adicionais	
Dirigente:	Rosinete Delfino Laurindo
CPF:	888.539.509-00
Cargo:	Vice-presidente
Registro Profissional:	1839
Entidade:	CRESS
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	Através de eleição direta e secreta. Exigências quanto ao perfil: assistentes sociais devidamente inscritos e em situação regular
Ato de designação:	Termo de Posse nº 12
Data do Ato de designação:	17/05/2014
Data inicial do mandato:	17/05/2014
Data final do mandato:	17/05/2017
Informações adicionais	
Dirigente:	Zenici Dreher Herbst
CPF:	936.938.189-91
Cargo:	1ª Secretária
Registro Profissional:	3114
Entidade:	CRESS
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	Através de eleição direta e secreta. Exigências quanto ao perfil: assistentes sociais devidamente inscritos e em situação regular
Ato de designação:	Termo de Posse nº 12
Data do Ato de designação:	17/05/2014

Data inicial do mandato: 17/05/2014

Data final do mandato: 17/05/2017

Informações adicionais

Dirigente:	Jacqueline Benedet Martins
CPF:	812.252.709-44
Cargo:	2ª Secretária
Registro Profissional:	1380
Entidade:	CRESS
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	Através de eleição direta e secreta. Exigências quanto ao perfil: assistentes sociais devidamente inscritos e em situação regular
Ato de designação:	Termo de Posse nº 12
Data do Ato de designação:	17/05/2014
Data inicial do mandato:	17/05/2014
Data final do mandato:	17/05/2017
Informações adicionais	

Dirigente:	Kátia Carvalho Figueiredo
CPF:	382.994.100-53
Cargo:	1ª Tesoureira
Registro Profissional:	1023
Entidade:	CRESS
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	Através de eleição direta e secreta. Exigências quanto ao perfil: assistentes sociais devidamente inscritos e em situação regular
Ato de designação:	Termo de Posse nº 12
Data do Ato de designação:	17/05/2014
Data inicial do mandato:	17/05/2014
Data final do mandato:	17/05/2017
Informações adicionais	

Dirigente:	Marta De Lourdes de A. Nunes
CPF:	551.409.040-04
Cargo:	2ª Tesoureira
Registro Profissional:	5011
Entidade:	CRESS
Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil:	Através de eleição direta e secreta. Exigências quanto ao perfil: assistentes sociais devidamente inscritos e em situação regular
Ato de designação:	Termo de Posse nº 12

Data do Ato de designação: 17/05/2014

Data inicial do mandato: 17/05/2014

Data final do mandato: 27/10/2016

Informações adicionais

Dirigente:	Cória Helena Vieira
-------------------	----------------------------

CPF: 004.571.989-66

Cargo: 2ª Tesoureira

Registro Profissional: 5268

Entidade: CRESS

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Através de eleição direta e secreta. Exigências quanto ao perfil: assistentes sociais devidamente inscritos e em situação regular

Ato de designação: Ato de Posse nº 12 e Resolução CRESS nº 040/2016

Data do Ato de designação: 17/05/2014

Data inicial do mandato: 17/05/2014

Data final do mandato: 17/05/2017

Informações adicionais A Conselheira assumiu o cargo de 2ª Tesoureira substituindo a Conselheira Marta de Lourdes de A. Nunes a partir de 27/10/2016.

Dirigente:	Ana Silvia Simon
-------------------	-------------------------

CPF: 030.386.899-63

Cargo: 1ª Suplente

Registro Profissional: 4017

Entidade: CRESS

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Através de eleição direta e secreta. Exigências quanto ao perfil: assistentes sociais devidamente inscritos e em situação regular

Ato de designação: Termo de Posse nº 12

Data do Ato de designação: 17/05/2014

Data inicial do mandato: 17/05/2014

Data final do mandato: 17/05/2017

Informações adicionais

Dirigente:	Helena Maria Borges Brandão
-------------------	------------------------------------

CPF: 761.302.908-53

Cargo: Presidente Conselho Fiscal

Registro Profissional: 1658

Entidade: CRESS

Processo de escolha de dirigentes e exigências Através de eleição direta e secreta. Exigências quanto ao perfil: assistentes sociais devidamente inscritos e em situação regular

quanto ao perfil:

Ato de designação: Termo de Posse nº 12

Data do Ato de designação: 17/05/2014

Data inicial do mandato: 17/05/2014

Data final do mandato: 17/05/2017

Informações adicionais

Dirigente:	Natalli Pazini Silva
-------------------	----------------------

CPF: 041.606.769-79

Cargo: 1ª Vogal

Registro Profissional: 4449

Entidade: CRESS

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Através de eleição direta e secreta. Exigências quanto ao perfil: assistentes sociais devidamente inscritos e em situação regular

Ato de designação: Termo de Posse nº 12

Data do Ato de designação: 17/05/2014

Data inicial do mandato: 17/05/2014

Data final do mandato: 17/05/2017

Informações adicionais

Dirigente:	Samantha Roloff
-------------------	-----------------

CPF: 041.603.549-39

Cargo: 2ª Vogal

Registro Profissional: 4953

Entidade: CRESS

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Através de eleição direta e secreta. Exigências quanto ao perfil: assistentes sociais devidamente inscritos e em situação regular

Ato de designação: Termo de Posse nº 12

Data do Ato de designação: 17/05/2014

Data inicial do mandato: 17/05/2014

Data final do mandato: 17/05/2017

Informações adicionais

Dirigente:	Danielle Cardoso M. Sobreira
-------------------	------------------------------

CPF: 025.183.084-58

Cargo: 1ª Suplente Conselho Fiscal

Registro Profissional: 3306

Entidade: CRESS

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Através de eleição direta e secreta. Exigências quanto ao perfil: assistentes sociais devidamente inscritos e em situação regular

Ato de designação: Termo de Posse nº 12

Data do Ato de designação: 17/05/2014

Data inicial do mandato: 17/05/2014

Data final do mandato: 17/05/2017

Informações adicionais

Dirigente:	Maria Helena de Medeiros de Souza
-------------------	--

CPF: 432.391.029-00

Cargo: 2ª Suplente Conselho Fiscal

Registro Profissional: 0958

Entidade: CRESS

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Através de eleição direta e secreta. Exigências quanto ao perfil: assistentes sociais devidamente inscritos e em situação regular

Ato de designação: Termo de Posse nº 12

Data do Ato de designação: 17/05/2014

Data inicial do mandato: 17/05/2014

Data final do mandato: 17/05/2017

Informações adicionais

Dirigente:	Samuel Salézio dos Santos
-------------------	----------------------------------

CPF: 066.154.729-96

Cargo: 3ª Suplente Conselho Fiscal

Registro Profissional: 5185

Entidade: CRESS

Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil: Através de eleição direta e secreta. Exigências quanto ao perfil: assistentes sociais devidamente inscritos e em situação regular

Ato de designação: Termo de Posse nº 12

Data do Ato de designação: 17/05/2014

Data inicial do mandato: 17/05/2014

Data final do mandato: 17/05/2017

Informações adicionais

5.3 AUDITORIA

Não se aplica.

5.4 APURAÇÕES

Não se aplica.

5.5 GESTÃO RISCOS

Não se aplica.

5.6 REMUNERAÇÕES

Dirigente:	Rosana Maria Prazeres
Cargo:	Presidente
Tipo de Remuneração:	Diária
Valor total no exercício:	R\$ 4.916,00
Informações adicionais:	
Dirigente:	Rosinete Delfino Laurindo
Cargo:	Vice-presidente
Tipo de Remuneração:	Diárias
Valor total no exercício:	R\$ 6.592,00
Informações adicionais:	
Dirigente:	Zenici Dreher Herbst
Cargo:	1ª Secretária
Tipo de Remuneração:	Diárias
Valor total no exercício:	R\$ 2.110,00
Informações adicionais:	
Dirigente:	Jacqueline Benedet Martins
Cargo:	2ª Secretária
Tipo de Remuneração:	Diárias
Valor total no exercício:	R\$ 2.810,00
Informações adicionais:	
Dirigente:	Kátia Carvalho Figueiredo
Cargo:	1ª Tesoureira
Tipo de Remuneração:	Diárias
Valor total no exercício:	R\$ 3.252,50
Informações adicionais:	
Dirigente:	Marta De Lourdes de A. Nunes
Cargo:	2ª Tesoureira
Tipo de Remuneração:	Diárias
Valor total no exercício:	R\$ 2.924,50
Informações adicionais:	
Dirigente:	Cória Helena Vieira
Cargo:	2ª Tesoureira
Tipo de Remuneração:	Diárias
Valor total no exercício:	R\$ 5.827,50
Informações adicionais:	

Dirigente:	Ana Sílvia Simon
Cargo:	1ª Suplente
Tipo de Remuneração:	Diárias
Valor total no exercício:	R\$ 6.097,50
Informações adicionais:	
Dirigente:	Helena Maria Borges Brandão
Cargo:	Presidente Conselho Fiscal
Tipo de Remuneração:	Diárias
Valor total no exercício:	R\$ 780,00
Informações adicionais:	
Dirigente:	Natalli Pazini Silva
Cargo:	1ª Vogal
Tipo de Remuneração:	Diárias
Valor total no exercício:	R\$ 2.476,00
Informações adicionais:	
Dirigente:	Samantha Roloff
Cargo:	2ª Vogal
Tipo de Remuneração:	Diárias
Valor total no exercício:	R\$ 4.360,00
Informações adicionais:	
Dirigente:	Danielle Cardoso M. Sobreira
Cargo:	1ª Suplente Conselho Fiscal
Tipo de Remuneração:	Diárias
Valor total no exercício:	R\$ 5.366,25
Informações adicionais:	
Dirigente:	Maria Helena de Medeiros de Souza
Cargo:	2ª Suplente Conselho Fiscal
Tipo de Remuneração:	Diárias
Valor total no exercício:	R\$ 3.781,00
Informações adicionais:	
Dirigente:	Samuel Salézio dos Santos
Cargo:	3ª Suplente Conselho Fiscal
Tipo de Remuneração:	Diárias
Valor total no exercício:	R\$ 6.643,75
Informações adicionais:	

Não se aplica à entidade

5.7 AUDITORIA INDEPENDENTE

Não se aplica.

6 - ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 GESTÃO DE PESSOAS

O CRESS 12ª Região conta com um Grupo Trabalho de Gestão de pessoas, formado por Conselheiros/as e Trabalhadores/as, e em sua organização, conta com setor específico de administração de pessoal, em que operacionaliza folha de pagamento, férias, recolhimento de FGTS e INSS e demais ações vinculadas à gestão de pessoas.

6.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL

Força de trabalho da UPC

Introdução

O CRESS 12ª Região no exercício de 2016 contava com onze (11) trabalhadores/as, sendo oito (08) efetivos e três (03) comissionados. O Plano de Cargos e Salários foi parcialmente implantado neste período.

Informações adicionais

O Conselho no exercício de 2016 abriu processo licitatório para contratação de empresa especializada a fim de rever e reestruturar a implementação do PCCS, a empresa contratada ainda está realizando o trabalho e os resultados não foram concluídos.

Tipologia do cargo	Lotação autorizada	Lotação efetiva	Ingresso no exercício	Egresso no exercício
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	8	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Membros de poder e agentes políticos	0	8	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	8	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	3	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	11	0	0

Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologia do cargo	Área Meio	Área Fim
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	5	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0
1.2. Membros de poder e agentes políticos	5	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0

2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	5	3

Detalhamento da estrutura da UPC

Introdução

O CRESS 12ª Região no exercício de 2016 contou com (03) servidores em cargo comissionado, sendo (02) dois coordenadores técnicos e (01) um assessor de comunicação.

Tipologia do cargo	Lotação autorizada	Lotação efetiva	Ingresso no exercício	Egresso no exercício
1. Cargos em Comissão	0	3	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	3	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	3	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2):	0	3	0	0

Análise Crítica

6.1.2 DESPESA C/ PESSOAL

Despesas com Pessoal

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas variáveis						Despesas exercícios anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios assist. e previd.	Demais despesas var.			
Membros de poder e agentes políticos										
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
2016	361.861,37	0,00	0,00	28.495,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	390.356,92
2015	312.193,86	0,00	0,00	18.634,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	330.828,15
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com órgão da unidade										
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VINCULO com a administração pública (exceto temporários)										
2016	190.670,28	0,00	0,00	13.197,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	203.868,20
2015	173.884,87	0,00	0,00	8.776,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	182.661,25
Servidores cedidos com ônus										
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores com contrato temporário										
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

6.1.3 GESTÃO DE RISCOS

Não se aplica.

6.1.4 MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA

Não se aplica.

6.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Não se aplica.

6.2.1 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Não se aplica.

7 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

INTRODUÇÃO SEÇÃO

O relacionamento com a sociedade é uma estratégia importante para o CRESS 12ª Região, visto que é a partir dos canais de comunicação e das ações desenvolvidas no âmbito da sociedade que se constrói a imagem e se dá visibilidade à profissão.

7.1 CANAIS DE ACESSO

O CRESS 12ª Região, disponibiliza com canais de acesso:

Através do Site:

- Contato direto (fale conosco);
- E-mail a ser enviado ao cress@cress-sc.org.br
- Endereço para envio de correspondências via Correio;
- Divulgação de Resoluções e normativas do Conjunto CFESS/CRESS
- Divulgação de notícias e notas públicas;
- Divulgação de oportunidades;
- Divulgação de eventos e atividades do CRESS e da categoria profissional.

Através de Fanpage

Jornal Via Social disponibiliza notícias e reportagens de interesse da categoria

Boletim Eletrônico - disponibiliza matérias de interesse da categoria.

CFESS Manifesta - encarte que disponibiliza discussões sobre temas de interesse da categoria.

7.2 PESQUISA SATISFAÇÃO

Não se aplica.

7.3 TRANSPARÊNCIA

Introdução

O CRESS 12ª Região implementou o seu Portal de Transparência em 2014, fazendo uma reformulação completa em 2016.

O Conselho Regional de Serviço Social (CRESS 12ª Região), em atenção à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), aos princípios que regem a Administração Pública, e ao seu

compromisso ético-político com a categoria de Assistentes Sociais, bem como à sociedade civil, criou

o espaço da transparência no site.

O Serviço de Informação à População, além de reunir os documentos já divulgados anteriormente

na página, como os relatórios anuais, as prestações de contas da entidade, os processos licitatórios.

Endereço do portal da transparência

www.cress-sc.org.br/transparencia

Informações disponíveis ao Cidadão

As informações estão disponíveis nas seguintes subseções:

Informações gerais

Informações gerais sobre o CRESS 12ª Região, estrutura organizacional, horário de atendimento, endereço e contato.

Balancetes e despesas

Dados sobre as despesas mensais do CRESS 12ª Região, entre eles os gastos com o quadro de

trabalhadores/as e despesas com diárias e passagens dos conselheiros.

Relatórios anuais e prestação de contas

Relatório Geral Anual das atividades realizadas por todas as comissões do Conselho Regional de

Serviço Social (Administrativo-financeira, Orientação e Fiscalização Profissional, Permanente de Ética

e Direitos Humanos, Articulação e Formação, Políticas Sociais, Inscrição, Inadimplência e Comunicação), com o detalhamento de toda a movimentação financeira do CRESS 12ª Região, e os

demonstrativos de receitas e despesas.

Licitações

Informações sobre o contrato dos processos licitatórios.

Consulte

Endereço eletrônico para consulta e acompanhamento das respostas e perguntas mais frequentes

sobre o cotidiano do CRESS 12ª Região.

Análise crítica

Sendo esta uma prática ainda muito recente para o Conselho, observa-se que se faz necessário aprimorá-la.

As Comissões de Comunicação e Administrativo/Financeira estão analisando as informações

disponibilizadas no Site a fim de elaborar um Plano de melhoria dos dados ali constantes.

Conforme análise prévia será necessário melhorar a formatação das informações relativo as remunerações, descrevendo nominalmente os/as trabalhadores/as e conselheiros/as. Ainda deve-se

melhorar as informações pertinentes aos Processos Licitatórios.

7.4 ACESSIBILIDADE

Medidas Adotadas

A sede do CRESS 12ª Região situa-se no centro de Florianópolis, com ponto de ônibus enfrente

ao prédio e acerca de 15 minutos do Terminal Urbano central.

No que se refere a acessibilidade, a sede do CRESS 12ª Região situa-se no Edifício Aplub no 10º

andar com 02 elevadores internos, e no ano de 2015 implantou-se elevador externo para cadeirante

permitindo a acessibilidade.

O Site do Conselho disponibiliza ferramenta para tradução em libras e locução dos textos, também

disponibilizamos em nossa sede cópias do Código de ética em braile.

Informações Adicionais

Não se aplica à entidade

8 - DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

8.1 Desempenho Financeiro

A Proposta Orçamentária do Conselho Regional de Serviço Social 12ª Região para o exercício de 2016 foi orçado em R\$ 1.929.174,75 (um milhão novecentos e vinte e nove mil cento e setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), tendo sido aprovado pelo CRESS/SC. Durante o exercício de 2016, não houve há necessidade de se fazer uma reformulação orçamentária.

No confronto entre a Receita Arrecada e a Despesa Realizada no referido exercício, verificou-se um Superávit Orçamentário no valor de R\$ 332.581,02 (trezentos e trinta e dois mil quinhentos e oitenta e um reais e dois centavos), que corresponde a 16,56% do valor arrecadado, que foi de R\$ 2.008.042,76 (dois milhões oito mil quarenta e dois reais e setenta e seis centavos).

8.2 NCASP

O Conselho está se adaptando a tais e aplicando seus conceitos no exercício de 2017.

8.3 APURAÇÃO CUSTOS

Não se aplica.

8.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nome	Descrição
Balanço Financeiro.pdf	Balanço Financeiro
Balanço Orçamentário.pdf	Balanço Orçamentário
Balanço Patrimonial.pdf	Balanço Patrimonial
Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf	Demonstrativo do Fluxo de Caixa
Demonstrativo das Variações Patrimoniais.pdf	Demonstrativo das Variações Patrimoniais

ANEXO - Balanço Financeiro.pdf - Balanço Financeiro - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Balanço Orçamentário.pdf - Balanço Orçamentário - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Balanço Patrimonial.pdf - Balanço Patrimonial - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf - Demonstrativo do Fluxo de Caixa - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

ANEXO - Demonstrativo das Variações Patrimoniais.pdf - Demonstrativo das Variações Patrimoniais - Vide anexo do tópico 8.4 no final da seção

Balanço Financeiro.pdf - Balanço Financeiro - Anexo do tópico 8.4

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	2.008.042,76	1.439.950,40	Despesa Orçamentária	1.675.461,74	1.250.367,32
RECEITA REALIZADA	2.008.042,76	1.439.950,40	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR		
RECEITA CORRENTE	2.008.042,76	1.439.950,40	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	53.474,10	1.246.017,32
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	1.519.714,04	1.190.665,51	CREDITO EMPENHADO – PAGO	1.621.987,64	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.519.714,04	1.190.665,51	DESPESA CORRENTE	1.615.517,94	
ANUIDADES	1.519.714,04	1.190.665,51	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	589.486,69	
RECEITA DE SERVIÇOS	31.008,31	23.324,47	ENCARGOS PATRONAIS	165.036,62	
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	15.943,55	16.423,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	810.166,48	
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	4.321,16	1.548,44	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	16.096,37	
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	100,84	1.387,21	DEMAIS DESPESAS CORRENTES	15.270,55	
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	10.642,76	3.965,82	SERVIÇOS BANCÁRIOS	19.456,80	
FINANCEIRAS	109.515,22	77.909,60	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4,43	
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	11.092,00	8.705,33	DESPESA DE CAPITAL	6.469,70	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	98.423,22	69.204,27	INVESTIMENTOS	6.469,70	
MULTAS SOBRE ANUIDADES	6.402,58	3.829,79			
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	92.020,64	65.374,48			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	347.805,19	148.050,82			
DÍVIDA ATIVA	347.805,19	148.050,82			

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
			CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO		1.246.017,32
			DESPESA CORRENTE		1.245.208,91
			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		485.545,90
			ENCARGOS PATRONAIS		157.936,43
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES		559.492,58
			TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		15.375,28
			DEMAIS DESPESAS CORRENTES		12.880,43
			SERVIÇOS BANCÁRIOS		13.967,46
			TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		10,83
			DESPESA DE CAPITAL		808,41
			INVESTIMENTOS		808,41
			RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR		4.350,00
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	1.169.279,20	2.192.745,85	Pagamentos Extraorçamentários	1.173.739,21	2.180.560,27
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados			Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		
Inscrição de Restos a Pagar Processados	53.474,10		Pagamentos de Restos a Pagar Processados	50.195,55	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	119.014,53		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	117.539,94	
Outros Recebimentos Extraorçamentários	996.790,57		Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.006.003,72	
Saldo em espécie do Exercício Anterior	753.525,29	551.756,63	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	1.081.646,30	753.525,29
Caixa e Equivalente de Caixa	753.525,29		Caixa e Equivalente de Caixa	1.081.646,30	
Depósitos. Rest. Vlr Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr Vinculados		

Total:	3.930.847,25	4.184.452,88	3.930.847,25	4.184.452,88
--------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------

Florianópolis-SC, 31 de dezembro de 2016

Rosana Maria Prazeres
Presidente

519.139.929-34

Kátia Carvalho Figueiredo
1ª Tesoureira

382.994.100-53

Julio Cesar Vieira
Contador
CRC/SC 13.176/O-9
398.669.209-68

Notas Explicativas**3 - Balanço Financeiro**

O saldo disponível em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 1.082.136,00 (um milhão oitenta e dois mil cento e trinta e seis reais), que está demonstrado nos saldos dos razão e devidamente conciliado com os extratos bancários no mês de dezembro de 2016, e que significa um aumento em relação ao exercício de 2015, no valor de R\$ 328.610,71 (trezentos e vinte e oito mil seiscentos e dez reais e setenta e um centavos).

Balanço Orçamentário.pdf - Balanço Orçamentário - Anexo do tópico 8.4

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	1.929.174,75	1.929.174,75	2.008.042,76	78.868,01
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.705.974,75	1.705.974,75	1.519.714,04	-186.260,71
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.705.974,75	1.705.974,75	1.519.714,04	-186.260,71
ANUIDADES	1.705.974,75	1.705.974,75	1.519.714,04	-186.260,71
RECEITA DE SERVIÇOS	32.200,00	32.200,00	31.008,31	-1.191,69
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	21.300,00	21.300,00	15.943,55	-5.356,45
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	1.600,00	1.600,00	4.321,16	2.721,16
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	2.300,00	2.300,00	100,84	-2.199,16
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	7.000,00	7.000,00	10.642,76	3.642,76
FINANCEIRAS	71.000,00	71.000,00	109.515,22	38.515,22
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	3.000,00	3.000,00	11.092,00	8.092,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	68.000,00	68.000,00	98.423,22	30.423,22
MULTAS SOBRE ANUIDADES	3.000,00	3.000,00	6.402,58	3.402,58
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	65.000,00	65.000,00	92.020,64	27.020,64
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	120.000,00	120.000,00	347.805,19	227.805,19
DÍVIDA ATIVA	120.000,00	120.000,00	347.805,19	227.805,19
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	1.929.174,75	1.929.174,75	2.008.042,76	78.868,01
DÉFICIT	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.929.174,75	1.929.174,75	2.008.042,76	78.868,01

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	1.888.624,75	1.888.624,75	1.668.992,04	1.668.992,04	1.615.517,94	219.632,71
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	764.272,37	777.422,37	771.103,01	771.103,01	754.523,31	6.319,36
REMUNERAÇÃO PESSOAL	588.409,51	595.409,51	589.486,69	589.486,69	589.486,69	5.922,82
ENCARGOS PATRONAIS	175.862,86	182.012,86	181.616,32	181.616,32	165.036,62	396,54
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	932.951,76	1.014.847,83	847.060,88	847.060,88	810.166,48	167.786,95
BENEFÍCIOS A PESSOAL	164.474,76	201.150,85	198.888,02	198.888,02	190.596,59	2.262,83
USO DE BENS E SERVIÇOS	330.150,00	369.388,72	297.909,97	297.909,97	284.224,36	71.478,75
SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	438.327,00	444.308,26	350.262,89	350.262,89	335.345,53	94.045,37
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	22.500,00	16.899,50	16.096,37	16.096,37	16.096,37	803,13
TRIBUTOS	2.500,00	2.500,00	1.696,87	1.696,87	1.696,87	803,13
CONTRIBUIÇÕES	20.000,00	14.399,50	14.399,50	14.399,50	14.399,50	0,00
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	134.800,62	45.355,05	15.270,55	15.270,55	15.270,55	30.084,50
SERVIÇOS BANCÁRIOS	34.000,00	34.000,00	19.456,80	19.456,80	19.456,80	14.543,20
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	100,00	100,00	4,43	4,43	4,43	95,57
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100,00	100,00	4,43	4,43	4,43	95,57
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	40.550,00	40.550,00	6.469,70	6.469,70	6.469,70	34.080,30
INVESTIMENTOS	40.550,00	40.550,00	6.469,70	6.469,70	6.469,70	34.080,30
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	40.550,00	40.550,00	6.469,70	6.469,70	6.469,70	34.080,30
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	1.929.174,75	1.929.174,75	1.675.461,74	1.675.461,74	1.621.987,64	253.713,01
SUPERÁVIT	0,00	0,00	332.581,02	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.929.174,75	1.929.174,75	2.008.042,76	1.675.461,74	1.621.987,64	-78.868,01

DESPESAS	ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
----------	---------------	--------------------	-----------------------	------------------------	------------------------	-------------------	------------------

Florianópolis-SC, 31 de dezembro de 2016

Rosana Maria Prazeres
Presidente

519.139.929-34

Kátia Carvalho Figueiredo
1ª Tesoureira

382.994.100-53

Julio Cesar Vieira
Contador
CRC/SC 13.176/O-9
398.669.209-68

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	0,00	50.195,55	50.195,55	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	15.288,54	15.288,54	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	34.907,01	34.907,01	0,00	0,00
TOTAL:	0,00	50.195,55	50.195,55	0,00	0,00

Notas Explicativas**2 - Balanço Orçamentário**

A Proposta Orçamentária do Conselho Regional de Serviço Social 12ª Região para o exercício de 2016 foi orçado em R\$ 1.929.174,75 (um milhão novecentos e vinte e nove mil cento e setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), tendo sido aprovado pelo CRESS/SC. Durante o exercício de 2016, não houve há necessidade de se fazer uma reformulação orçamentária.

No confronto entre a Receita Arrecada e a Despesa Realizada no referido exercício, verificou-se um Superávit Orçamentário no valor de R\$ 332.581,02 (trezentos e trinta e dois mil quinhentos e oitenta e um reais e dois centavos), que corresponde a 16,56% do valor arrecadado, que foi de R\$ 2.008.042,76 (dois milhões oito mil quarenta e dois reais e setenta e seis centavos).

Balanço Patrimonial.pdf - Balanço Patrimonial - Anexo do tópico 8.4

CRESS/SC - 12ª Região

Conselho Regional de Serviço Social

CNPJ: 76.557.099/0001-99

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Balanco Patrimonial

ATIVO		PASSIVO	
Especificação	Exercício Atual	Especificação	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	1.432.388,87	PASSIVO CIRCULANTE	64.620,25
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.081.646,30	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	325.401,88	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	19.474,61	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	53.474,10
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
ESTOQUES	5.866,08	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	720.502,99	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	11.146,15
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	369.390,47	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	365.750,47	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A LONGO PRAZO	3.640,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00
IMOBILIZADO	351.112,52	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
BENS MÓVEIS	160.709,53	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00
BENS IMÓVEIS	190.402,99	RESULTADO DIFERIDO	0,00
INTANGÍVEL	0,00		0,00
		TOTAL DO PASSIVO	64.620,25

		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Especificação	Exercício Atual
		Patrimônio Social e Capital Social	0,00
		Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00
		Demais Reservas	0,00
		Resultados Acumulados	2.088.271,61
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.088.271,61

TOTAL	2.152.891,86	TOTAL	2.152.891,86
ATIVO FINANCEIRO	1.106.986,99	PASSIVO FINANCEIRO	64.620,25
ATIVO PERMANENTE	1.045.904,87	PASSIVO PERMANENTE	0,00
SALDO PATRIMONIAL			2.088.271,61

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Saldo do Atos Potenciais Ativos		Saldo do Atos Potenciais Passivos	
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	1.042.366,74	703.919,64

Florianópolis-SC, 31 de dezembro de 2016

Rosana Maria Prazeres
Presidente

519.139.929-34

Kátia Carvalho Figueiredo
1ª Tesoureira

382.994.100-53

Julio Cesar Vieira
Contador
CRC/SC 13.176/O-9
398.669.209-68

Notas Explicativas**1 - Balanço Patrimonial**

Na análise do Balanço Patrimonial relativo ao exercício de 2016, constatou-se que o Conselho apresentou um Superávit Financeiro no valor de R\$ 1.042.366,74 (um milhão quarenta e dois mil trezentos e sessenta e seis reais e setenta e quatro centavos), que comparado ao exercício de 2015, constatou-se que o mesmo foi superior em R\$ 338.447,10 (trezentos e trinta e oito mil quatrocentos e quarenta e sete reais e dez centavos).

**Demonstrativo das Variações
Patrimoniais.pdf - Demonstrativo das
Variações Patrimoniais - Anexo do tópico
8.4**

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.792.364,84	1.364.064,85	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.669.044,70	1.249.558,91
CONTRIBUIÇÕES	1.645.922,57	1.257.394,67	PESSOAL E ENCARGOS	969.991,03	801.876,89
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.645.922,57	1.257.394,67	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	589.486,69	485.545,90
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.645.922,57	1.257.394,67	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	589.486,69	485.545,90
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	36.927,05	23.324,47	ENCARGOS PATRONAIS	181.616,32	157.936,43
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	36.927,05	23.324,47	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	181.616,32	157.936,43
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	36.927,05	23.324,47	BENEFÍCIOS A PESSOAL	198.888,02	158.394,56
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	109.515,22	77.909,60	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	198.888,02	158.394,56
JUROS E ENCARGOS DE MORA	11.092,00	8.705,33	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	648.225,52	405.448,02
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	11.092,00	8.705,33	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	14.319,52	4.508,08
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	98.423,22	69.204,27	CONSUMO DE MATERIAL	14.319,52	4.508,08
MULTAS SOBRE ANUIDADES	98.423,22	69.204,27	SERVIÇOS	633.906,00	400.939,94
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	5.436,11	DIARIAS	92.533,50	78.699,90
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	5.436,11	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	191.109,61	134.262,01
REVERSÃO DE PROVISÕES	0,00	0,11	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	350.262,89	187.978,03
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00	5.436,00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	19.461,23	13.978,29
			JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	19.461,23	13.978,29
			OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	19.461,23	13.978,29
			TRIBUTÁRIAS	16.096,37	15.375,28
			IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.696,87	1.758,02
			IMPOSTOS	1.696,87	1.758,02
			CONTRIBUIÇÕES	14.399,50	13.617,26
			CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	14.399,50	13.617,26
			OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	15.270,55	12.880,43
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	15.270,55	12.880,43

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	15.270,55	12.880,43
Total das Variações Ativas :	1.792.364,84	1.364.064,85	Total das Variações Passivas :	1.669.044,70	1.249.558,91
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	123.320,14	114.505,94
Total	1.792.364,84	1.364.064,85	Total	1.792.364,84	1.364.064,85

Florianópolis-SC, 31 de dezembro de 2016

Rosana Maria Prazeres
Presidente

519.139.929-34

Kátia Carvalho Figueiredo
1ª Tesoureira

382.994.100-53

Julio Cesar Vieira
Contador
CRC/SC 13.176/O-9
398.669.209-68

**Variações Patrimoniais Qualitativas
(decorrentes da execução orçamentária)**

VARIAÇÕES ATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior	VARIAÇÕES PASSIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	6.469,70	0,00	INCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	0,00	0,00	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	0,00	0,00

Notas Explicativas**4 - Variações Patrimoniais**

Na análise das Demonstrações das Variações Patrimoniais relativo ao exercício de 2016, verificou-se que o Conselho apresentou um Superávit Patrimonial no valor de R\$ 123.320,14 (cento e vinte e três mil trezentos e vinte reais e quatorze centavos) que comparado com o exercício de 2015, apresentou um aumento no superávit no valor de R\$ 8.814,20 (oito mil oitocentos e quatorze reais e vinte centavos).

COMPARATIVO DO RESULTADO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS DE 2014, 2015 E 2016.

O Resultado Patrimonial dos três últimos exercícios teve o seguinte comportamento:

EXERCÍCIO 2014 – Superávit Patrimonial no valor de R\$ 415.113,28.

EXERCÍCIO 2015 – Superávit Patrimonial no valor de R\$ 114.505,94.

EXERCÍCIO 2016 – Superávit Patrimonial no valor de R\$ 123.320,14

Conforme demonstrado acima, o Superávit Patrimonial do exercício de 2016 foi superior em 7,70% com relação ao Superávit apurado no exercício de 2015.

**Demonstrativo do Fluxo de Caixa.pdf -
Demonstrativo do Fluxo de Caixa - Anexo
do tópico 8.4**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	2.008.042,76	1.439.950,40
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.519.714,04	1.190.665,51
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.519.714,04	1.190.665,51
ANUIDADES	1.519.714,04	1.190.665,51
RECEITA DE SERVIÇOS	31.008,31	23.324,47
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	15.943,55	16.423,00
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	4.321,16	1.548,44
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	100,84	1.387,21
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	10.642,76	3.965,82
FINANCEIRAS	109.515,22	77.909,60
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	11.092,00	8.705,33
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	98.423,22	69.204,27
MULTAS SOBRE ANUIDADES	6.402,58	3.829,79
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	92.020,64	65.374,48
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	347.805,19	148.050,82
DÍVIDA ATIVA	347.805,19	148.050,82
INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	2.192.745,85
OUTROS INGRESSOS	1.115.805,10	0,00
DESEMBOLSOS		
CREDITO EMPENHADO – PAGO		
DESPESA CORRENTE	1.615.517,94	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	589.486,69	0,00
ENCARGOS PATRONAIS	165.036,62	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	810.166,48	0,00
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	16.096,37	0,00
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	15.270,55	0,00
SERVIÇOS BANCÁRIOS	19.456,80	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4,43	0,00
DESPESA DE CAPITAL	6.469,70	0,00
INVESTIMENTOS	6.469,70	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	1.245.208,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	485.545,90
ENCARGOS PATRONAIS	0,00	157.936,43
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	559.492,58
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	15.375,28
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	0,00	12.880,43
SERVIÇOS BANCÁRIOS	0,00	13.967,46
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	10,83
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00	4.350,00
DESEMBOLSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	2.180.560,27
OUTROS DESEMBOLSOS	1.173.739,21	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	334.590,71	202.577,07

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
Crédito Empenhado Pago		
Crédito Empenhado Liquidado		
INVESTIMENTOS	0,00	808,41
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0,00	-808,41
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	334.590,71	201.768,66

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	753.525,29	551.756,63
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	1.088.116,00	753.525,29

Florianópolis-SC, 31 de dezembro de 2016

Rosana Maria Prazeres
Presidente

519.139.929-34

Kátia Carvalho Figueiredo
1ª Tesoureira

382.994.100-53

Julio Cesar Vieira
Contador
CRC/SC 13.176/O-9
398.669.209-68

Notas Explicativas**5 - Fluxo de Caixa**

O saldo disponível em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 1.082.136,00 (um milhão oitenta e dois mil cento e trinta e seis reais), que está demonstrado nos saldos dos razão e devidamente conciliado com os extratos bancários no mês de dezembro de 2016, e que significa um aumento em relação ao exercício de 2015, no valor de R\$ 328.610,71 (trezentos e vinte e oito mil seiscientos e dez reais e setenta e um centavos).

9 - CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1 Determinações do TCU

Não se aplica.

9.2 RECOMENDAÇÕES DE CONTROLE INTERNO

Não se aplica.

9.3 DANOS AO ERÁRIO

Não se aplica.

10 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

10.1 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Não se aplica.

11 - ANEXOS E APÊNDICES

11.1 ANEXOS E APÊNDICES



Assinatura(s)

12 - OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO

12.1 OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO

ANEXO - Parecer de Colegiado - Vide anexo do tópico 12.1 no final da seção

Parecer de Colegiado - Anexo do tópico 12.1

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS 12ª REGIÃO
ATA DA 32ª REUNIÃO DO CONSELHO PLENO DO CRESS 12ª REGIÃO
GESTÃO 2014-2017

Aos trinta e um de março de dois mil e dezessete, na cidade de Florianópolis – SC, na sede do CRESS 12ª Região, situada na Rua dos Ilhéus, 38 – Edifício APLUB, 12º andar, sala 1005, realizou-se a 32ª Reunião Ordinária do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 12ª Região, sob a coordenação da Conselheira Kátia Figueiredo, CRESS nº1023. Havendo “quórum”, os trabalhos foram abertos, tendo a presença das Conselheiras e trabalhadores do CRESS conforme Livro de presença. Justificou a necessidade de ausência às 15h, o Assistente Social Agente Fiscal Cleverton Cidiclei Maciel – CRESS nº4188. A conselheira Kátia deu início à Reunião lendo a pauta e perguntando à todos/as se haveria inclusão de mais algum assunto a ser acrescentado. A Conselheira Presidente Rosana Maria Prazeres – CRESS 2840, lembrou que a gestão recebeu o levantamento orçamentário da sala comercial situada no mesmo andar da sede do CRESS, solicitando inclusão na pauta para análise e deliberação. A Conselheira Vice-Presidente Rosinete Delfino Laurindo – CRESS nº1839 lembrou à todos/as a necessidade de verificação junto à Ata da última Assembleia se tal compra foi deliberada e aprovada. Não havendo certeza por parte dos/as presentes, foi deliberado que a Coordenadora Técnica Maria Dolores Thiesen – CRESS nº1811 verificará na referida Ata, se houve, ou não, deliberação pela compra da sala ou se houve, somente, deliberação para consulta e levantamento orçamentário, para posterior deliberação sobre a compra. Diante do impasse, deliberou-se que o assunto seja pautado na próxima reunião do Conselho Pleno. Na sequência a Conselheira Kátia deu prosseguimento a reunião seguindo a pauta: **1) Leitura e aprovação da Ata do Conselho Pleno do mês de fevereiro de 2017:** Não foi possível a leitura da Ata por não ter recebido a mesma em tempo hábil para a leitura na presente reunião, ficando para ser lida no próximo Pleno. **2) Apresentação do Balancete do mês de fevereiro de 2017:** A Conselheira Kátia informou que o Conselho arrecadou no mês de fevereiro/17 o valor de R\$ 560.009,22 (quinhentos e sessenta mil, nove reais e vinte e dois centavos, que representa 25,65% do orçamento de 2017, que é de R\$ 2.183.172,16 (dois milhões cento e oitenta e três mil, cento e setenta e dois reais e dezesseis centavos. A despesa realizada no mês de fevereiro de 2017 foi de R\$ 124.791,05 (cento e vinte e quatro mil, setecentos e noventa e um reais e cinco centavos, que corresponde a 5,72% do orçamento de 2017, que é de R\$ 2.183.172,16 (dois milhões cento e oitenta e três mil, cento e setenta e dois reais e dezesseis centavos). Comparando a receita arrecadada com a despesa realizada no mês de fevereiro de 2017, verificou-se um superávit no mês de R\$ 435.218,17 (quatrocentos e trinta e cinco mil, duzentos e dezoito reais e dezessete centavos) e um Superávit Acumulado no Exercício de R\$ 513.766,67 (quinhentos e treze mil, setecentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos). A entidade apresentou um saldo disponível no mês de fevereiro de 2017, no valor de R\$ 1.567.704,87 (um milhão, quinhentos e sessenta e sete mil, setecentos e quatro reais e oitenta e sete centavos). Após leitura do balancete, na íntegra, o mesmo foi aprovado por unanimidade. O referido balancete encontra-se arquivado junto ao Setor Administrativo/financeiro. **3) Leitura da Ata e pareceres do Conselho Fiscal:** A Conselheira Presidente do Conselho Fiscal, Helena Maria Borges Brandão – CRESS nº1658 leu a Ata e pareceres, sendo os mesmos aprovados por unanimidade. O mesmo encontra-se arquivado junto ao setor Administrativo/financeiro. **4) Aprovação Relatório Anual de Gestão 2016 – Tribunal de Contas da União - TCU:** A Coordenadora Técnica Maria Dolores contextualizou que o referido Relatório foi realizado com base no recebimento das contribuições

das Comissões Precípua e Temáticas. O prazo para encaminhamento ao TCU e ao CFESS será no dia de hoje, 31/03/17. A Coordenadora Técnica Fabiana Luiza Negri – CRESS nº2076 esclareceu que o CFESS fez algumas mudanças no Relatório, mas que não altera em nada o Planejamento Estratégico e o Plano Operacional do CRESS. Como os conselheiro/as solicitaram a leitura do Relatório Geral, deliberou-se por encaminhar as contribuições do/as conselheiro/as, os quais deverão encaminhar até ao dia **06/04/17**, data em que o CRESS enviará para o CFESS e TCU, via on-line. Maria Dolores esclareceu que para o CFESS será enviado, também, uma cópia física por Correio, via Sedex.

5) Assembleia para Eleição da Diretoria Provisória: A Coordenadora Técnica Fabiana fez a leitura da Nota de Esclarecimento apresentada pela Comissão Regional Eleitoral, a ser socializada à categoria sobre o processo eleitoral, tendo em vista os 520 votos válidos, não atingido o quórum mínimo necessário para o ensejo do processo eleitoral. Após, foi realizado debate, levantado pela Coordenação Técnica, sobre a necessidade de se rever as estratégias em nível nacional do processo eleitoral e, também, em nível local. A Conselheira Cória Helena Vieira – CRESS nº5268 reiterou tal necessidade, face a dificuldade de acessibilidade da cidade, prejudicando os/as profissionais que moram nos municípios vizinhos cuja exigência é pela votação presencial. A Coordenadora Técnica Fabiana sugeriu enviar as cédulas por correio para a região da Grande Florianópolis e, também, sugeriu descentralizar a votação presencial, com urnas nas regiões que votarão presencialmente. Maria Dolores enfatizou a necessidade de se fazer um rol dos municípios que farão votação presencial e dos que farão por correio, bem como envolver os NUCRESS no processo eleitoral. Fabiana sugere na mesma direção. A Conselheira Natalli Pazini Silva – CRESS nº4449 levantou as implicações da descentralização, por ser um processo que exigirá mais pessoas envolvidas. A Conselheira Vice-Presidente Rosinete considera importante estudar a possibilidade da descentralização, mas solicitar à Comissão Regional Eleitoral que consulte o CFESS sobre o calendário. A Conselheira Kátia levantou a questão de rever o horário, ampliando os mesmos, ou fazer em dois dias de eleições. Sugestão de dia da Assembleia: Kátia ligou ao CFESS e conversou com o Presidente Maurílio, sendo informada que a Assembleia poderá ser entre os dias 02 a 05 de maio/17. Não havendo disponibilidade de alguns/as conselheiro/as e Coordenadoras Técnicas pelos dias sugeridos, foi acordado a possibilidade de nova consulta ao CFESS para verificar a possibilidade do/a representante deste estar no dia 08/05/17, data acordada por unanimidade. A Conselheira Kátia retomou o contato com o CFESS, sendo, assim, autorizado o dia **08/05/17** para a realização da **Assembleia**. Ficou deliberado o horário das **17h30** (primeira chamada) e **18h** (segunda chamada). Quanto ao dia da Transmissão de Posse da atual gestão para a Diretoria Provisória, após debate, foi deliberado que a **posse** será no dia do Evento do/a Assistente Social, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, no dia **17/05/17**, das **19h as 21h30**. Também foi informado pela Coordenação Técnica que a Posse do CFESS será dia 15/05/17. A Conselheira Presidente Rosana lembrou que, devido a **Paralização Nacional** do dia **28/04/17**, será necessário rever a data da Reunião do próximo Conselho Pleno. Acatada a sugestão pelos presentes, foi deliberado que a próxima **Reunião de Conselho Pleno** será antecipada para o dia **27/04/17**.

Momento das Comissões: **Comissão de Inscrição** - Resolução Inscrição: realizado leitura da Resolução nº 014/17 e aprovado por unanimidade. Informes Recadastramento e Novo DIP: Dolores esclareceu que o CFESS fará o levantamento nacional. Até o momento, duas DIP's que vieram com erro. O CFESS encaminhou expediente informando que houveram inconsistências no processo de leitura entre o CRESS, o CFESS e a Empresa Implanta. Em tese seriam 60 dias da primeira remessa para envio ao CFESS, porém já passou do prazo. A Coordenadora da Comissão Jacqueline está ciente das inconsistências e dos encaminhamentos.

Comissão Administrativo/financeiro: A Conselheira Kátia informou que o Sindicato SEAUFG enviou documento com sugestões de proposta a serem avaliadas com trabalhadores até o dia 10/04/17 para os encaminhamentos do Acordo Coletivo de Trabalho de 2017. A trabalhadora Edinaura perguntou sobre a chamada do Concurso Público, sendo esclarecido por Kátia que dependerá da apresentação de documento da trabalhadora Lúcia,

sobre a data de sua aposentadoria, para que a gestão possa chamar um/a trabalhador/a pelo concurso vigente do ano de 2013. Foi esclarecido que não podemos gerar duplicidade de pagamento na folha, aumentando despesas com a mesma. A Coordenadora Técnica Maria Dolores informou que foi realizada reunião entre gestão e trabalhadores administrativos (Ana, Lúcia e Rafael) sendo negociado a substituição da trabalhadora Lúcia pela trabalhadora Ana Cristina. Também informou que o trabalhador Rafael estará em férias no mês de Abril/17 e será feito um remanejamento no processo de trabalho, sendo necessário que a COFI desenvolva as atividades administrativas, em caráter excepcional durante este mês de abril até ao retorno do Rafael. Houve concordância dos presentes em relação à proposta sugerida pela Coordenação Técnica em relação à substituição da Lucia pela Ana. **Comissão de Políticas Sociais:** Encontro de Formação de Representantes dos Espaços de Controle Social: Fabiana informou que o evento foi cancelado, devido a ter somente cinco representantes ter dado retorno. Encontro NUCRESS 2017: Fabiana informou que proposta deste ano é levar professores para o debate sobre o tema nacional. Conforme as confirmações dos NUCRESS das datas dos eventos, foram agendados com os Professores da UFSC (alguns ainda à confirmar) e em processo de definição dos conselheiros para acompanhar nos eventos, conforme calendário compreendido entre os dias 03 a 17/05/17. A Conselheira Rosinete ficou de entrar em contato com a coordenadora da Comissão, Zenici Dreher Herbst – CRESS nº3114 e com a conselheira Danielle Cardoso Maurício Sobreira – CRESS nº3326 para os acertos de participação. Informes Gerais: Rosana informou que as representações junto aos Conselhos de Direitos e que o conselheiro Samuel Salézio dos Santos – CRESS nº5185 trouxe a necessidade de manter a representação do CRESS no FETUAS. O mesmo ficou de analisar a possibilidade de continuar como representante do CRESS no FETSUAS durante a Diretoria Provisória. **Comissão Permanente de Ética: A Denúncia nº 02/2016 de 20/07/16 e Denúncia nº 003/2016 – 17/06/17,** foram reencaminhadas à Comissão Permanente de Ética para serem recolocadas na pauta da Próxima reunião do Conselho Pleno. Foi solicitada relatora para o Processo de Disciplinar nº 001/2017 de 17/11/16. A Conselheira Vice-Presidente, Rosinete Delfino Laurindo – CRESS nº1839 aceitou ser a Relatora. **Comissão de Orientação e Fiscalização – COFI:** A Agente Fiscal Edinaura fez a leitura do Relatório mensal referente ao mês de Fevereiro/17, conforme dados a seguir: 123 atividades ao todo, sendo uma notificação de multa – 001/17. A maioria das demandas foram referentes as “competências e atribuições privativa em geral”, “competências e Atribuições – Supervisão de Estágio”, “Atribuições privativas – Exercício ilegal”, e “Jornada de Trabalho”. Processos arquivados- 01 e processos em andamento – 157. Município mais atendido em Fevereiro/17 - “Florianópolis”. A Coordenadora Técnica Maria Dolores informou sobre uma demanda discutida na Comissão da COFI a respeito de Minuta de Ofício sobre Recomendação para Empresas e Instituições Públicas sobre a composição de banca de Concurso Público para elaboração de provas específicas para o Serviço Social, a qual é atribuição privativa do/a Assistente Social fazer. Após debate levantado pela Agente Fiscal Edinaura sobre o teor do ofício, havendo necessidade de revisão, deliberou-se para retornar à Comissão da COFI para amadurecimento quanto ao teor do texto da referida minuta para, posteriormente retornar ao próximo Conselho Pleno. Quanto ao processo nº 017/2016, que trata da Orientação Técnica de caráter geral para a categoria sobre a realização de entrevistas via Vídeo Conferência, este ficou para deliberação em nível de Diretoria. **Comissão de Inadimplência:** Informes Gerais 2017 – A Coordenadora Técnica Maria Dolores informou que as execuções fiscais iniciarão na primeira semana de abril. **Comissão de Comunicação:** Em fase de conclusão do Jornal Via Social e do Vídeo Institucional. **Comissão Articulação e Formação:** A Coordenadora Técnica Fabiana repassou sobre a Portaria nº 012/2017 – A mesma altera a composição da Comissão, passando a integrar a mesma a Professora Marisa Camargo – CRESS 7304, da UFSC, como colaboradora. **Comissão Ampliada de Ética e Direitos Humanos:** Repassado pela Coordenadora da Comissão, Cória Helena Vieira – CRESS nº5268, que a data da Roda de Conversa sobre Aborto Legal e Seguro, ainda será confirmada, sendo necessário a realização da

continuidade deste debate, ainda na atual gestão, sendo que a Coordenadora Técnica Maria Dolores fará contato com a enfermeira Carmem Lúcia Luiz, palestrante, para as tratativas.

Comissão de Licitação: Maria Dolores informou que a carta convite 001/17 referente à contratação de Plano de Saúde privado para os/as trabalhadores/as deu como “deserta”. Será marcada nova reunião da Comissão para rever cada item e publicar novo edital.

Informes Gerais: Repasse Reunião GT PLC 014.2/2016: a Coordenadora Técnica Fabiana repassou sobre a atual situação da tramitação e dos debates entre as entidades do GT que estão acompanhando o assunto. Neste sentido, foi esclarecido sobre a última reunião realizada junto ao Tribunal de Justiça, sendo este favorável a aprovação do PLC original. Em reunião realizada recentemente com o CRP, Sinpsi e Associação dos Assistentes Sociais do TJ, ficou decidido que será publicizado um documento contendo posição política dos dois Conselhos. Assim, foi recebido a minuta do documento para análise deste Conselho Pleno e lido na íntegra, sendo aprovada pela subinscrição pelo CRESS. A Fabiana ficou responsável de dar retorno ao Anderson do CRP, sobre o posicionamento do CRESS em retirar do texto a palavra “parcial” e o parágrafo que trata das cooperações. Ficou deliberado que se o CRP não retirar esses itens do texto, o CRESS não subscreve.

Parecer Jurídico acerca de assinatura em documento técnico: A conselheira Rosinete fez a leitura acerca do parecer jurídico na íntegra. Foi debatido e deliberou-se que será necessário ampliar a discussão entre os técnicos e definir o fluxo, por meio de uma reunião a ser agendada pela Coordenação Técnica.

Correspondências Gerais: Leitura do Ofício circular CFESS nº 33/2017 – Informa sobre a licitação na modalidade de Pregão com Ata de Registro de Preços, para aquisição de licenças de solução de Tecnologias de Informática; Ofício circular CFESS nº 22/2017 – de 21/02/17 – assunto: Resolução CFESS nº 794/2017. Dispõe sobre a recomposição dos cargos de seis Conselheiras desincompatibilizadas, no âmbito do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, para conhecimento; Convite da Associação Brasileira de Saúde Mental: evento “Democracia, Saúde Mental e Violações de Direitos: consequências humanas, dias 28 a 30 de junho de 2017. Solicita apoio. Deliberado por responder o convite e publicar no site. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrado os trabalhos da 32ª Sessão Plenária Ordinária, e eu, Rosana Maria Prazeres, conselheira presidente, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, vai por mim assinada.

Florianópolis, 31 de março de 2017.